


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

DAYANA ALMEIDA SILVA

**ABORDAGEM DA MENSTRUÇÃO NAS
DISSERTAÇÕES DE EDUCAÇÃO SEXUAL:
ALGUMAS REFLEXÕES**



ARARAQUARA – SP
2022

DAYANA ALMEIDA SILVA

**ABORDAGEM DA MENSTRUACÃO NAS
DISSERTAÇÕES DE EDUCAÇÃO SEXUAL:
ALGUMAS REFLEXÕES**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em
Educação Sexual da Faculdade de
Ciências e Letras – Unesp/Araraquara,
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Educação Sexual.**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal
Ribeiro

ARARAQUARA – SP
2022

S586a	<p>Silva, Dayana Almeida</p> <p>Abordagem da menstruação nas dissertações de Educação Sexual: : Algumas reflexões / Dayana Almeida Silva. -- Araraquara, 2022 69 p.</p> <p>Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro</p> <p>1. educação menstrual. 2. menstruação. 3. gênero. 4. dignidade menstrual. 5. sexualidade. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

DAYANA ALMEIDA SILVA

ABORDAGEM DA MENSTRUÇÃO NAS DISSERTAÇÕES DE EDUCAÇÃO SEXUAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Data da defesa: 27/04/2022

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Flor Di Piero

Universidade Estadual Paulista.

Membro Titular: Profa. Dra. Gabriella Rossetti Ferreira

Universidade Estadual Paulista

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho a todas as pessoas menstruantes que defendem o direito à dignidade menstrual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe Cida Galvão e meu pai Agnaldo Almeida, por me apoiarem em minhas escolhas.

Às minhas irmãs Daise, Amanda e Sophia por sempre serem minhas companheiras e amigas.

Ao meu querido sobrinho Lucca, por trazer mais alegria à nossa família.

Às minhas avós, Lia e Eli, meu avô Roberto e meu avô Genésio (in memoriam) por serem protetoras e protetores.

Às companheiras de trabalho da Prazerela, por sempre trazerem reflexões importantes para meu fazer diário na função de terapeuta orgástica.

Às minhas amigas e colegas de graduação, por todos os momentos de apoio.

Às companheiras de pós-graduação, pelo acolhimento e diálogos sempre muito sensíveis e críticos sobre temas relacionados à sexualidade.

Ao meu orientador, professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, por me acolher nessa função tão importante e todo o suporte oferecido nessa trajetória.

À todas as professoras e professores do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual, por seu empenho em trazer a discussão sobre sexualidade num contexto tão duro e repressor.

“Precisamos nos apropriar desses espaços que nos usurparam e recuperar a sabedoria que ainda permanece silenciada dentro de nós”

(Martin, 2015 p.144)

Resumo

Durante muitos séculos a menstruação foi considerada um líquido sagrado, foi a partir do século XIX, com o advento da medicina ocidental como conhecemos hoje, que a menstruação passou a ser vista como doença e tratada como algo que precisaria ser medicalizado. Entre os anos de 1920 e 1930, a Educação Sexual baseou suas ações em pautas higienistas focando na higienização dos corpos e a menstruação foi vista como algo sujo e impuro. A trajetória da Educação Sexual no Brasil tem passado, desde sua criação, por diversas mudanças, ora ganhando um contorno mais conservador, ora adquirindo um posicionamento libertário e emancipatório. Independente dos avanços e retrocessos é inegável que muitas ações na área da sexualidade, trata a menstruação como um fenômeno mais biológico do que social e político. Essa dissertação de mestrado tem como objetivo fomentar a reflexão sobre a temática da menstruação analisando a forma como essa temática foi abordada nas dissertações de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual (PPGEdSex) da UNESP entre os anos de 2015 e 2020. Utilizando como recurso para as análises a Análise de conteúdo, foram criadas categorias que facilitaram a compreensão dos materiais pesquisados. Com relação aos resultados, nós observamos que as dissertações defendidas entre 2015 e 2020 somam 91 dissertações e dessas, apenas 21 mencionam palavras relacionadas à menstruação. Isso representa 23% das dissertações defendidas nos últimos 5 anos.

Palavras – chave: **educação menstrual, menstruação, gênero, dignidade menstrual, sexualidade.**

Abstract

For many centuries menstruation was considered a sacred liquid, it was from the 19th century with the advent of Western medicine as we know it today that menstruation started to be treated as a disease and something that would need to be medicalized. Between the 1920s and 1930s, Sex Education based its actions on hygienist guidelines focusing on the hygiene of bodies and menstruation was seen as something dirty and impure. The trajectory of Sexual Education in Brazil has gone through several changes since its creation, sometimes gaining a more conservative profile, sometimes acquiring a libertarian and emancipatory position. Regardless of the advances and setbacks, it is undeniable that in the area of sexuality, menstruation is often treated more as a biological phenomenon than a social and political one. This master's dissertation aims to encourage reflection on the topic of menstruation by analyzing how this topic was addressed in the master's dissertations of the Postgraduate Program in Sex Education (PPGE_dSex) at UNESP between the years 2015 and 2020. Utilizing Content Analysis as a resource for the analysis, categories were created that facilitated the understanding of the researched materials. Regarding the results, we observed that the dissertations defended between 2015 and 2020 add up to 91 dissertations and of these, 21 mention only words related to menstruation. This represents 23% of dissertations defended in the last 5 years

Keywords: menstrual education, menstruation, gender, menstrual dignity, sexuality.

LISTA DE FOTOS

Imagem 1	Inanna	17
Imagem 2	Sheela-na-Gig	18
Imagem 3	Parto na Idade Média: médicos observando os astros e as mulheres atendendo o parto	19
Imagem 4	Princesas menstruantes	36
Imagem 5	Educação menstrual pelo mundo	37
Imagem 6	Integrantes do NUSEX em 2008 com professores Luci Muzzeti e Paulo Rennes	39
Imagem 7	Capa dos Anais	40
Imagem 8	Primeira Turma do Mestrado em Educação Sexual	41
Imagem 9	Dissertações do PPGEdSex 2015 – 2020	46
Imagem 10	Comparativo das dissertações de mestrado do PPGEdSex e o termos Menstruação	46
Imagem 11	Menções por dissertação	47
Imagem 12	Dissertações e categorias	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GTPOS	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
CAESOS	Centro Avançado de Educação para a Saúde e Orientação Sexual
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros
PNE	Plano Nacional de Educação
PTRF	Programa de Transferência de Recursos Financeiros
SEDUC	Secretaria Estadual da Educação
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FCLAr	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
NUSex	Núcleo de Estudos da Sexualidade
PPGEdSex	Programa de Pós Graduação em Educação Sexual
PPGEdEs	Programa de Pós Graduação em Educação Escolar
UNICEF	Fundo das Nações Unidas
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
2 INTRODUÇÃO	15
3 BREVE HISTÓRIA DA MENSTRUACÃO E DOS CORPOS MENSTRUANTES	17
3.1 Menstruação e corpos menstruentes	17
3.2 A doencificação e medicalização dos corpos menstruentes	22
4 EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL	24
5 CORPOS OVARIADOS: SÓ MENINA MENSTRUA?	28
5.1 Menstruação E Dignidade Menstrual.	30
5.2 Iniciativas não-formais em Educação Menstrual	35
6 O PRIMEIRO PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO SEXUAL DO PAÍS	39
7 RECURSOS METODOLÓGICOS	43
8 ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
8.1 Análises quantitativas	45
8.2 Analisando alguns trechos de dissertações	52
9 CONCLUSÃO	60
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1 APRESENTAÇÃO

Me chamo Dayana Almeida, sou uma mulher cisgênero branca, nascida na cidade de São Paulo. Tenho três irmãs mais novas e, durante boa parte de minha vida, convivi com elas.

Desde que ingressei na graduação de psicologia, a área da sexualidade sempre me chamou bastante atenção. Apesar de sempre querer trabalhar na área de RH, iniciei minha trajetória fazendo trabalhos de desenvolvimento humano e autoconhecimento, onde aprofundei meus estudos e conheci ferramentas da hipnose, eneagrama e terapia orgástica, despertando ainda mais o meu desejo de seguir na área da sexualidade humana.

Me apaixonei pelo tema da sexualidade no momento em que comecei a estudar terapia orgástica e passei a fazer atendimentos no ano de 2017, mesmo ano em que me formei em psicologia. Naquele mesmo ano, decidi pesquisar sobre sexualidade positiva e autoconhecimento e me deparei com a falta de vulvas educativas que retratasse vulvas reais, além de componentes como glândulas que existem na vulva, mas que quase nunca são ditas. Optei por aprender mais sobre sexualidade e tecnologia e criei um modelo de vulva educativa que retrata todos os componentes além da vagina. O projeto que sou idealizadora se chama Vulvárias e hoje me dá subsídios financeiros e educacionais para seguir pesquisando sexualidade.

Durante os últimos quatro anos, atuo como terapeuta orgástica, tenho percebido um alto número de mulheres na faixa etária de vinte a cinquenta anos que procuram essa forma de terapia visando autoconhecimento, aumento do desejo sexual e até mesmo para ter prazer de sentir o próprio corpo durante o processo terapêutico e ressignificar a relação com próprio ciclo menstrual.

Realizando discussões de casos e observações durante a terapia, pude ouvir relatos de mulheres que verbalizaram ter como desdobramento das sessões, aproximação com o próprio corpo, a relação com a menstruação, melhoria na qualidade do prazer e sensação de maior autoconfiança em vários aspectos da vida, para além do ato sexual.

No ano de 2017, uma de minhas colegas de trabalho, durante discussão de caso, relatou ter atendido uma senhora em fase de menopausa que lhe dizia aos

gritos: “Vamos minha filha, eu quero gozar!”. Tal relato me levou a iniciar uma busca de referenciais bibliográficos dentro do universo da Terapia Orgástica, que pudessem dar suporte ao atendimento às mulheres na menopausa. Contudo, encontrei baixa produção científica que mencionasse os benefícios da terapia orgástica no que diz respeito à sexualidade feminina em período de climatério e menopausa.

Em 2019 eu ingresso do mestrado em Educação Sexual e, na contramão do senso comum que acredita que a Educação Sexual é questão relacionada aos debates da infância e da juventude, propus o desenvolvimento de uma metodologia de Educação Sexual junto às mulheres na fase de climatério e menopausa, utilizando recurso e estratégias de uma metodologia chamada Terapia Orgástica, onde a hipótese levantada é de que os recursos desse método podem auxiliar as mulheres nos percursos dentro dessa fase do desenvolvimento humano.

Iniciei a pesquisa fazendo o levantamento bibliográfico e me preparando para as atividades em grupo, até que chegou a Covid19, em 2020 e fez com que tivesse que mudar os planos, já que a partir disso, não era mais possível fazer atividades presenciais, desde então decidi mudar o tema de estudo no mestrado para Educação sexual e sua relação com a menstruação.

Por trabalhar com mulheres e estudar sobre sexualidade de corpos ovariados, a menstruação era outro tema que já tinha afinidade e curiosidade, então decidi pesquisar como a menstruação é abordada nas dissertações de mestrado do programa de Educação Sexual e assim construir uma reflexão a partir dos estudos de tudo o que já foi produzido até o momento nesse campo.

Durante os atendimentos que eu faço em Terapia Orgástica, percebo que há muito estigma em torno do tema da menstruação, como se essa fase da vida devesse estar sempre associada à sujeira, desequilíbrio e nojo. A partir disso, iniciei uma busca de referenciais bibliográficos dentro da Educação Sexual que abordasse a menstruação para além do aspecto biológico e patológico e me deparei com uma baixa produção científica em torno do assunto, isso só fez com que eu tivesse maior certeza de que é preciso produzir conhecimento sobre menstruação e assim contribuir para a desestigmatização desse assunto na sociedade.

A pesquisa que apresento agora é fruto de uma trajetória que se constrói antes mesmo de minha entrada no mestrado, afinal sou um corpo menstruante desde os doze anos de idade e, meu percurso de reflexões sobre menstruação se deu menstruando. Recordo do momento que minha menarca chegou e de ter achado que tinha me machucado e por isso perdia sangue naquela região. Assim se iniciou o meu processo de investigação sobre o assunto. Foi vivenciando a menstruação que pude aprender e me encantar com ela.

A presente pesquisa nasce do desejo e da curiosidade da Dayana de doze anos de idade, espero que essa pesquisa auxilie educadoras e educadores na construção de ferramentas que possam auxiliar outras pessoas que menstruam a viver plenamente e de forma positiva esse novo “evento” da vida.

2 INTRODUÇÃO

Desde a infância as meninas cisgênero¹ aprendem a silenciar suas questões sobre o tema da menstruação. Embora seja possível observar nos últimos anos, ações e campanhas que visam contribuir para o rompimento do tabu da menstruação, as pessoas que menstruam ainda se sentem mais sujas, mais desconfortáveis e mais inseguras com seus ciclos menstruais se comparado à média global (Inova Social, 2018).

A vergonha de falar sobre menstruação somada ao desconforto de viver esse período, muitas vezes faz com que meninas e mulheres se sintam invisibilizadas no processo de reivindicar seu direito de acesso à dignidade menstrual.

Durante muitos séculos a menstruação tem sido tratada como um tema tabu na sociedade ocidental. Corpos menstruantes foram retirados do lugar sagrado e colocados numa posição de passividade diante do saber médico a partir do século XIX (Vieira, 2002).

Embora muitas iniciativas independentes tenham sido criadas para fomentar o debate sobre Educação Menstrual. É possível notar que oficialmente são poucas as ações do Estado que levam em consideração e tem ações que concretizam o direito a menstruar, disponibilizando subsídios gratuitos para viver esse período.

Nesse sentido, considerando o papel das universidades na produção de conhecimento sobre temas pulsantes na sociedade, é importante que se produzam pesquisas que deem visibilidade às questões sociais com ética e posicionamento científico.

Com o objetivo de fomentar a reflexão sobre a temática da menstruação para além dos aspectos biológicos, essa dissertação buscou analisar e compreender a forma como a menstruação foi abordada nas dissertações de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual (PPGEdSex) da UNESP entre os anos de 2015 e 2020.

A estrutura de apresentação dos resultados dessa pesquisa foi pensada a partir da construção de oito capítulos.

¹ Cisgênero são pessoas que se identificam com o gênero designado à elas ao nascer. Meninas cisgênero são meninas que nasceram com vulva.

No primeiro capítulo intitulado *Breve história da menstruação e dos corpos menstruantes*, será realizado um breve resgate dos momentos históricos em que a menstruação é tratada com sacralidade e depois da chegada da medicina tal qual como conhecemos hoje passou a ser vista como adoecimento que precisava ser medicalizada.

Em *A menstruação na Educação Sexual Escolar*, serão descritos os processos educacionais no Brasil e o modo como a menstruação foi (e ainda é) abordada no contexto educacional brasileiro. Além disso, é nesse capítulo que se levanta a reflexão sobre a menstruação para além de uma questão do feminino, a indagação *Só menina menstrua?* propõe um olhar para as transmascunidades e olhar crítico para a cisheteronormatividade.

No capítulo *Menstruação e dignidade menstrual* serão apresentados dados sobre as condições de vida de pessoas que menstruam no Brasil e o modo como as pessoas brasileiras percebem a menstruação. Ainda nesse capítulo, serão apresentadas duas iniciativas de Educação Menstrual na América Latina (Brasil e Colômbia).

O primeiro Programa de mestrado em Educação Sexual do país é o capítulo onde será trazido o breve histórico da criação do PPGEdSex na UNESP.

Em *Recursos Metodológicos* serão apontadas as ferramentas de pesquisa utilizadas para a construção dessa dissertação.

A exposição das reflexões e análises críticas das dissertações de mestrados produzidas pelo PPGEdSex serão apresentadas no capítulo *Análise dos resultados*.

Por fim, em Conclusão, serão expostas as reflexões acerca do percurso de construção deste trabalho e trazidas conclusões a partir da trajetória de pesquisa.

3 BREVE HISTÓRIA DA MENSTRUÇÃO E DOS CORPOS MENSTRUANTES

Esse capítulo não tem a pretensão de realizar um resgate aprofundado acerca da história da menstruação e dos corpos menstruantes, o que será feito é trazer alguns pontos importantes na história do corpo menstruante e da menstruação, que darão base para reflexões sobre as análises realizadas nesta dissertação de mestrado.

3.1 Menstruação e corpos menstruantes

Desde os primeiros registros históricos, em diversas culturas antigas, é possível encontrar, ao menos uma versão de deusas do sexo, desde Inanna, até outras versões adoradas na antiga Mesopotâmia (Wolf, 2013 p.146).

Inanna era considerada a deusa da fertilidade, amor e erotismo na Mesopotâmia e a mais de cinco mil anos, sua vulva foi adorada como sagrada. Os hinos sumérios louvavam o “colo do mel” da deusa e comparavam sua genitália com um “barco do paraíso”, comemorando a abundância que “brota de seu ventre” (Wolf, 2013, p.146).

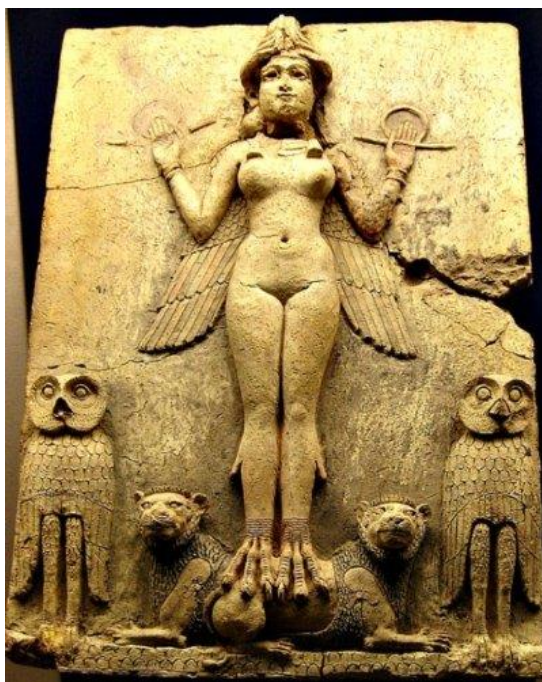


Imagem 1: Inanna. Disponível em: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/inanna-deusa-sumeria-que-desceu-aos-infernos/>

De acordo com Blackledge (2004), durante muitos séculos, a vagina e a sexualidade feminina foram consideradas sagradas e expandidas para a Europa antes da chegada do cristianismo. Segundo o autor, construtores esculpam muitas *Sheela na Gigs* (gravações de mulheres nuas) nas paredes externas de edifícios na Irlanda pré-cristã. Essas esculturas representavam as bruxas sagradas da tradição celta, simbolizadas com as pernas abertas e as mãos segurando os lábios da vulva (Blackledge, 2004).



Imagem 2: Sheela-na-gig. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47286830>

Apesar do tabu da menstruação ser praticamente universal, existem variações culturais nos diferentes lugares do mundo que fazem com que o estigma acerca desse tema seja reforçado de maneiras distintas, mas mantendo o sentimento de aversão ao sangue menstrual.

É importante destacar que nem sempre a menstruação foi vista como algo ruim, sujo ou impuro. De acordo com Morais (2017), a concepção da menstruação como agente poluidor, não apareceu na sociedade ocidental até o século XIX. A professora Elizabeth Meloni Vieira (2002) traz mais elementos mostrando que, segundo a medicina grega, a menstruação era encarada como uma evacuação purificadora e favorável à saúde. Essas teorias médicas gregas sobre o sangue menstrual permaneceram até o século XVIII, quando foram superadas pelo empirismo (Vieira, 2002, p. 42).

Shorter (1982, citado por Vieira, 2002) informa que até o século XVIII as parteiras eram provavelmente mais competentes que os médicos e que, nessa época, os estudantes de medicina passaram a frequentar as maternidades europeias.



Imagem 3: Parto na Idade Média: médicos observando os astros e as mulheres atendendo o parto. Fonte: livro *Bruxas, parteiras e enfermeiras*. Ehrenreich & English, 1976.

É necessário salientar que as parteiras não foram passivas nesse processo de enfrentamento ao saber médico europeu que buscava invisibilizá-las.

Segundo Vieira (2002):

A competição entre médicos e práticos, particularmente entre cirurgiões e parteiras, iniciada no Renascimento, estendeu-se durante séculos. Os textos de médicos instruindo partírias caracterizavam-se pela sátira e condenação da ignorância delas. (...) As parteiras também publicaram suas experiências e enfrentaram contendas dos médicos (...). O estabelecimento desse conflito e a sua notoriedade demonstram o empenho que ambas as categorias profissionais, cirurgiões e parteiras, mantiveram, no afã de deter o domínio da prática obstétrica (Enrenreich & English citado por Vieira, 2002, p. 49).

Mesmo não se alegando das práticas de parteria e buscando se organizar coletivamente, as parteiras não obtiveram sucesso em sua empreitada contra o apagamento de seus saberes pela medicina acadêmica.

Como resgata Vieira (2002),

O decorrer do século XIX assiste ao processo de consolidação da profissão médica como profissão liberal e a valorização do médico na sociedade relacionada ao monopólio legal do saber e da prática. Segundo Machado et al. (1978), para cumprir a função política de normalizar o desvio, a medicina teve de instituir a figura normalizada do médico, por meio da criação de faculdades, e produzir a personagem desviante do charlatão para a qual se vai exigir a repressão do Estado. Outros autores afirmam que a segunda metade do século XIX foi o período de formação da profissão médica tal como a conhecemos hoje (Enrenreich & English, 1973 citado por Vieira, 2002, p.27).

Com a consolidação da medicina e a produção da personagem do charlatão direcionada às parteiras, o corpo menstruante passa a ser alvo de controle médico e os saberes das mulheres sobre seus corpos são tratados como charlatanismo.

Ehrenreich & English (1976) argumentam que a história da caça às bruxas e a extinção das curandeiras devem ser vistas como parte da história da exclusão das mulheres da 'prática médica', já que na Europa Ocidental havia uma antiga tradição de mulheres sábias – as curandeiras, as parteiras e as herboristas. Para as autoras, a caça às bruxas fez parte de uma estratégia do Estado e da Igreja para monopolizar o saber acerca da cura de doenças e legitimá-lo como saber médico através das universidades criadas no Renascimento (Vieira, 2002, p. 48).

Nesse contexto, para Silva (1891, citado por Vieira, 2002), os desdobramentos do ato de menstruar se tornam, na visão da medicina do século XIX, indicativo de desequilíbrio mental e emocional, o que tornaria as mulheres inaptas aos negócios públicos.

Ao investigar a construção histórico-cultural do corpo feminino no Ocidente, vemos que a contribuição da biomedicina nesse processo foi crucial não apenas para definição do sujeito-mulher, mas também para definição de papéis sociais atribuídos à mulher em função da sua anatomia. Temos toda uma história social da medicalização e do controle do corpo feminino no Ocidente. Esses trabalhos nos mostram como o corpo da mulher foi (e é) construído dentro de discursos médico-morais que circunscrevem a mulher dentro de uma 'natureza feminina' através dos 'aspectos biológicos' que a distinguiria definitivamente do homem: a menstruação e a gestação. O biológico seria, nesses discursos, o fator determinante da 'personalidade feminina', impossível de ser outra, mas suscetível de controle e ajustamento através da 'educação das mulheres' e da construção moral por meio das suas 'funções naturais' como a maternidade (Aureliano, 2009, p. 50).

Desse modo, a menstruação passa a ser vista como fator limitador para algumas funções sociais, além de ser tratada como determinante da obrigatoriedade da função maternal.

O estigma acerca da menstruação passa a ser reforçado pelas produções científicas da medicina no século XIX. De acordo com Vieira (2002), "devido ao quadro clínico que as mulheres apresentam durante o período menstrual, vários fisiologistas da época afirmavam que a menstruação não é um estado fisiológico, mas uma moléstia fisiológica" (Vieira, 2002, p. 43).

Esse argumento serviu como base para muitas teorias clínicas serem desenvolvidas, principalmente na área da psiquiatria, atribuindo às mulheres que menstruam um lugar de risco de loucura (Vieira, 2002).

Com o fortalecimento do saber médico e a invisibilização dos saberes populares, como as parteiras, os corpos menstruantes tornam-se objetos do saber médico e vivenciam um processo de "doencificação" e de medicalização.

3.2 A doencificação e medicalização dos corpos menstruantes

A medicina como conhecemos hoje, nasceu no final do século XVIII, antes disso, havia uma diversidade de práticas chamadas de "artes de curar" que eram

realizadas por diferentes vertentes na civilização ocidental. Nas palavras de Vieira (2002),

O século XIX assiste à consolidação de um novo tipo de existência da prática médica: a medicina como saber científico, que surge no contexto historicamente determinado da formação da sociedade capitalista, no interior da qual constitui-se o projeto de medicalização dos corpos. Os diferentes estágios desse projeto aperfeiçoarão o papel político da prática médica (Vieira, 2002, p.20).

A medicalização dos corpos femininos se consolidou de forma mais sistemática se comparada aos corpos dos homens, uma vez que havia a necessidade da sociedade em controlar a sua população tratando a reprodução como uma questão focada na mulher. O controle social, nesse sentido, estaria focado na sexualidade e reprodução, acreditando-se ser necessário controlar o corpo da mulher, transformando a demografia em um *problema* a ser tratado pelas áreas da ginecologia e obstetrícia (Vieira, 2002).

Nesse contexto, a menstruação passaria a ser abordada como indicadora de início da vida reprodutiva e sexual das mulheres. Para César (1924, citado por Vieira, 2002), a vida sexual de uma mulher começaria com a primeira menstruação e terminaria com a última. Atualmente ainda é possível observar resquícios dessa ideologia, que considera meninas menstruantes como aptas para o ato sexual e mulheres em fase de climatério e menopausa, como se estivessem vivendo o fim de suas atividades sexuais.

A influência da medicina na sociedade é tão poderosa que consegue converter eventos fisiológicos em doenças, reforçando a ideologia sexista na cultura ocidental (Vieira, 2002, citada por Moraes, 2017).

Para a autora,

A 'doencificação' desse corpo apresenta-se como fruto de uma medicalização que trata a gravidez e a menopausa como doença, transforma a menstruação em distúrbio crônico e o parto em evento cirúrgico (Vieira, 2002, p.24-25, citada por Moraes, 2017).

Dentro da medicina, a menstruação vai ganhando status adoecimento, como é possível observar na tese defendida pelo Doutor Josephino Satyro Santa Rosa em 1901, intitulada "Das desordens menstruais nas psicoses e nevroses", na qual expressa que as desordens no aparelho genital, em particular a menstruação, se manifestam no aparelho psíquico da mulher, mencionado que as psicoses e

nevroses podem se expressar de diversas maneiras, desde uma dor de cabeça, até mesmo numa alienação mental (Vieira, 2002, p. 44).

A medicalização dos corpos menstruantes passa a ser necessária, dentro dessa lógica, para controlar não só a demografia, mas também tratar a menstruação como um problema em que a solução seria “tornar o processo invisível, contendo o sangue menstrual, ou progressivamente eliminando-o através de ciclos contínuos de contracepção, suprimindo a menstruação” (Bobel, 2010, p.31).

4 EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

O debate sobre a inserção de questões referentes à sexualidade no currículo escolar foi se aprimorando no Brasil no início do século XX, como resultado das influências da visão médico-higienista do século passado, a fim de controlar a sexualidade e práticas sexuais por meio da normatização da moral médica (Ribeiro, 2004; Ribeiro, 2013).

A Educação Sexual se fundamenta na ciência, didática e no método, facilitando uma compreensão de questões sexuais, para além do senso comum, contribuindo para a sensibilização das pessoas para a desconstrução de tabus, preconceitos e valores historicamente enraizados (Ribeiro, 2017).

Os primeiros trabalhos no Brasil de Educação Sexual ocorreram nas décadas de 1920 e 1930 através de iniciativas de educadores e médicos que eram a favor da Educação Sexual nas escolas (Figueiró, 1998). Cabe destacar que essa defesa da Educação sexual estava embutida numa lógica médico-higienista que tinha como objetivo ensinar meninas e mulheres a serem boas esposas, coibir a prática da masturbação (Ribeiro, 2009).

Segundo Rosemberg (1985), a igreja católica tinha uma posição de destaque na tomada de decisões sobre a Educação Nacional, dando um freio até a década de 60 para que a Educação Sexual não entrasse no currículo escolar brasileiro. Nesse período não se falava de sexualidade, mas, constituía o discurso em diretrizes da igreja como algo pecaminoso, que deveria voltar-se à reprodução, então, as editoras católicas publicaram livros de orientação que falavam da sexualidade como algo negativo a ser vigiado e controlado.

No final da década de 1960, houve um grande impacto negativo na implantação e condução de projetos de Educação Sexual no país com o regime militar imposto pelo Golpe de Estado de 1964, reduzindo as liberdades individuais e manifestações da sexualidade, além da restrição da liberdade de debater sobre esse assunto, causando um retrocesso na Educação Sexual (Reis; Ribeiro, 2004; Ribeiro, 2019).

Em 1987 foi criado o GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual em São Paulo, do qual a psicanalista e sexóloga Marta Suplicy é uma das fundadoras. O grupo implantou a *Orientação Sexual* na rede oficial de ensino do

município de São Paulo de 1989 a 1992, e de 2003 a 2004, onde esteve junto a escolas das redes de diversas cidades brasileiras, além de ter a participação ativa na criação do Caderno de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Bedin, 2016).

Segundo Pinheiro (1997), os jovens da década de 1980 sentiam-se confusos e em conflito entre a recente liberação e a postura social conservadora da época. Com a chegada do vírus da AIDS, a sociedade é convocada a pensar na sexualidade como uma questão social e a importância de ter uma educação voltada para este tema.

Nos anos de 1980 tem a criação dos grupos de pesquisa mais antigos em universidade, o CAESOS – Centro Avançado de Educação para a Saúde e Orientação Sexual – Educação Preventiva em Sexualidade, AIDS, IST, Drogas e Violência, idealizado em 1985, na USP de Ribeirão Preto, pela professora Sonia Maria Vilela Bueno (Bedin, 2016).

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovaram declarações e resoluções garantindo que orientação sexual e identidade de gênero precisam ser consideradas direitos humanos (ONU, 2008; OEA, 2008 *apud* Reis, 2017).

No início de 1990 foi lançado um Guia de Orientação Sexual, uma adaptação do material americano *Guideline for Comprehensive Sexuality Education Kindergarten*, usado para os níveis primário e secundário. Esse guia é resultado do trabalho de diversas organizações não governamentais e entidades oficiais. O documento relatava ser necessários planejamento e intervenções sistemáticas, possibilitando uma comunicação permanente sobre sexualidade com crianças e adolescentes (Pinheiro, 1997).

A partir disso, as questões de orientação sexual e identidade de gênero foram introduzidas no campo dos direitos humanos e conseqüentemente na educação, refletido nas legislações federais brasileiras recentes. O Estatuto da Juventude possui uma seção que abarca especificamente o Direito à Diversidade e à Igualdade, apontando que o jovem não será discriminado, inclusive por motivo de sexo e orientação sexual (Brasil, 2013a *apud* Reis 2017).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1995 e no ano seguinte, o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a

Orientação Sexual alcançou reconhecimento oficial quanto à sua importância e necessidade no governo Fernando Henrique Cardoso (Ribeiro, 2019; Reis & Ribeiro, 2004). Com a inserção dos PCN, a Orientação Sexual deveria ser implementada em todas as disciplinas de forma transversal (Silva, 2002).

Ainda que pesquisadoras da área da Educação Sexual apontem o enfoque biológico e o tratamento superficial das questões de gênero trazidas pelo tema transversal da Orientação Sexual, é inegável que se trata de um avanço significativo fazer com que essas temáticas sejam transversalizadas e priorizadas no ambiente escolar (Silva, Brancaloni & Oliveira, 2019).

Em 2004, o Ministério da Saúde lançou o Programa Brasil sem Homofobia e em 2010 o Ministério da Educação iniciou a implantação do Programa Escola sem Homofobia, com o objetivo de promover informação sobre questões relacionadas à sexualidade, gênero e questões LGBT. O programa previa a distribuição de kits educacionais à professores da rede pública de educação visando contribuir com a instrumentalização de educadores na promoção de ações e reflexões sobre questões LGBT (Lima, 2021).

Nesse período, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro passou a chamar o Kit Escola sem Homofobia de Kit Gay, acusando o Governo Federal de promover um processo que ele chamou de Ideologia de Gênero. Em um dos discursos de Bolsonaro, o deputado verbalizou que o material seria “um estímulo ao homossexualismo e a promiscuidade” (Câmara dos deputados, 2010, p.1).

Em 26 de maio de 2011, o Governo Federal suspendeu o uso do material do Projeto Escola sem Homofobia, iniciando um processo de “pânico moral como reação a um cenário de avanço nas políticas de Direitos Humanos voltadas ao enfrentamento da homofobia e a equiparação dos direitos matrimoniais, incluindo a população LGBT” (Balieiro, 2018, s/p, citado por Lima, 2021).

De acordo com Lima (2021), o termo Ideologia de Gênero ganhou força no ano de 2014 e como desdobramento do pânico gerado a partir de Fake News, a palavra Gênero foi retirada do Plano Nacional de Educação (PNE) daquele mesmo ano.

Segundo Lima (2021), esse foi um marco do retrocesso na área da Educação Sexual Escolar no Brasil, uma vez que em 2018, durante a campanha

eleitoral para Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro afirmou, em sua proposta de Plano de Governo, que com sua eleição, o ensino passaria a ter mais matemática e ciência e menos “doutrinação ou sexualização precoce” (Politize, 2019, p.1).

A falta de conhecimento sobre temas da sexualidade reforça ainda mais os tabus e, como consequência, gera fragilidade e insegurança, especialmente em adolescentes que estão na puberdade lidando com diversas mudanças e dúvidas sobre o desenvolvimento de seus corpos. As consequências são diversas por não falarmos de sexualidade de forma transversal no ambiente escolar, e esse silenciamento gera inúmeras opressões e vulnerabilidades, promovendo a falta de conhecimento sobre corpo, respeito e diversidade.

Para Lima (2021), “a negação de informação sobre saúde sexual e reprodutiva é uma estratégia antiga de dominação de corpos, sobretudo de pessoas que vivem nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos” (Lima, 2021, p.70).

Quando o plano de governo do atual presidente da república Jair Messias Bolsonaro, aponta que haverá mais ciências e menos doutrinação ou sexualização precoce, há uma nítida contradição que mostra o quanto os temas em sexualidade são vistos pelo atual governo como parte de uma doutrina que sexualiza precocemente crianças e adolescentes, e não é percebida ou validada como uma ciência importante.

Como foi mencionado no capítulo 2, o saber médico, fortalecido no século XIX, passou a tratar o corpo como algo exclusivamente biológico que deveria ser medicalizado. Quando o, agora presidente, Jair Messias Bolsonaro, aponta a ciência separada das questões de sexualidade, está expressando a ideia da medicina ocidental europeia do século XIX. Os PCN, embora sejam a concretização do avanço das discussões em sexualidade no ambiente escolar, em alguma medida, trazem consigo uma carga biológica para o debate sobre sexualidade, mantendo as reflexões sociais e políticas do tema marginalizadas.

Atualmente, pesquisadoras, educadoras em sexualidade e profissionais da área da sexualidade humana têm realizado debates para levantar a importância de defender uma Educação Sexual que compreenda as questões bio-políticas-sociais da existência humana em todos os espaços, sobretudo no ambiente escolar.

A escola é um espaço privilegiado de promoção da Educação Sexual, pois é nela que adolescentes passam parte significativa do dia, interagindo com outras pessoas, formando um grupo social e gerando novos conhecimentos.

É nessa fase que, muitas vezes, iniciam as primeiras vivências afetivas de enamoramento e admiração. A adolescência é um período atravessado pela puberdade, gerando diversas alterações hormonais que aceleram o crescimento físico na transição entre a infância e idade adulta.

5. CORPOS OVARIADOS: SÓ MENINA MENSTRUA?

Atualmente na literatura (Moraes; Barbieri; Ribeiro & Hardy, 2019), boa parte das discussões sobre menstruação está voltada para a compreensão de que somente meninas e mulheres cisgêneros menstruam, desconsiderando a existência de meninos e homens transgêneros, gerando um olhar cisheteronormativo sobre os corpos.

É fundamental ampliar as reflexões sobre o tema, considerando que corpos trans-ovariados, ou seja, corpos transmasculinos também podem menstruar e contemplar todos os corpos menstruantes.

Chamamos de Cisheteronormatividade a estrutura social que incentiva e valoriza somente corpos cisgêneros (mulheres nascidas vulva e homens nascidos com pênis) e heterossexuais (homens cisgêneros relacionando-se com mulheres cisgêneros). Essa estrutura cisheteronormativa gera vulnerabilidades em todos os corpos que não seguem esse padrão de existência.

Durante muito tempo, os estudos sobre Sexualidade e Gênero consideravam a heterossexualidade como algo natural ligado às questões biológicas, ao passo que o termo Gênero era concebido como construção social (Swain, 2001).

Além disso, havia um olhar biologizante sobre os corpos, vinculando-os à possibilidade de procriação. Um exemplo disso é o modo como os órgãos genitais eram nomeados: Sistema Reprodutivo. Essa visão está na ordem de valores da moral construída social e historicamente, sendo tratada por muito tempo como “verdade universal” (Ingraham, 1996; p.169).

É o movimento de pessoas transexuais que traz a ampliação do olhar sobre corporeidade e existências para além do modelo Cisgênero de existir e da Binariedade Homem-Mulher. Dessa forma, boa parte das pesquisas sobre gênero, considerou a divisão binária Homem-Mulher, partindo das construções baseadas na corporeidade (Ingraham, 1996, p. 169).

Atribuir a corporeidade somente à biologia desconsidera a individualidade e a construção social como fatores importantes e não amplia nosso olhar para a realidade de que menstruação é algo que ocorre também em corpos masculinos ovariados (transhomens).

A partir daqui, considerando que nossas reflexões devem contribuir para a ampliação dos olhares sobre Sexualidade, sem vulnerabilizar os corpos, utilizaremos o termo Corpos Ovariados, a fim de englobar corpos que menstruam, seja de meninas e mulheres cisgêneros ou de meninos e homens transgêneros.

5.1 Menstruação e Dignidade Menstrual

Desde a infância, pessoas que tem vulva aprendem a silenciar suas questões sobre o tema da menstruação, estamos chamando isso de Cultura da Invisibilidade Menstrual. Embora seja possível observar nos últimos anos, ações e campanhas que visam contribuir para o rompimento do tabu da menstruação, de acordo com a pesquisa Inova Social (2018), as mulheres cisgênero brasileiras ainda se sentem mais sujas mais desconfortáveis e mais inseguras com seus ciclos menstruais se comparadas à média global.

A vergonha de falar sobre menstruação somada ao desconforto de viver esse período, muitas vezes faz com que meninas e mulheres cisgênero sintam-se invisibilizadas no processo de reivindicar seu direito de acesso à dignidade menstrual.

Quando se trata das pessoas transgênero que menstruam, o assunto fica ainda mais negligenciado, já que nossa sociedade sustenta uma cultura cisheteronormativa que faz com que meninos e homens trans sejam desconsiderados em suas especificidades e demandas de autocuidado. As campanhas de absorventes, por exemplo, têm mudado o comportamento trocando o líquido azul por vermelho para falar de menstruação, mas ainda não abordam a questão de forma que contemple os homens e meninos trans, referindo-se às pessoas que menstruam sempre no pronome feminino.

Se a menstruação por si só já é um assunto que gera desconforto e nojo em nossa cultura, imaginemos a dificuldade para se dialogar sobre ela numa perspectiva de Cultura da Dignidade Menstrual.

Quando falamos em Cultura da Dignidade Menstrual, não estamos apenas nos referindo ao custeio de absorventes menstruais, mas a uma ampliação do conceito de Cultura e Dignidade que também engloba o direito às informações coerentes e verdadeiras sobre ciclos menstruais, autocuidado, corporeidade e derrubada de mitos que atribuem à menstruação o conceito de sujeira ou inferioridade nas

relações sociais.

A pobreza menstrual é o reflexo das desigualdades sociais, de gênero e de identidade, por isso é preciso criar espaços de diálogo sobre a Cultura da Dignidade Menstrual, sobretudo nas regiões periféricas em que a vulnerabilidade social é mais pulsante.

Simone de Beauvoir (1949) aponta que desde a infância é posto às meninas o silenciamento perante a menstruação. Por ser um assunto difícil de abordar no ambiente familiar, muitas vezes não é algo falado e as mudanças que vão acontecer com o corpo além das formas de lidar com o processo menstrual ficam invisibilizadas.

Segundo Sardenberg (1994), culturalmente é ensinado às pessoas que menstruam que a menstruação é o pior período do mês, pois, além das dores e alterações de humor, o sangue é visto como algo sujo e vergonhoso.

Pensando nos estigmas da menstruação, em 2010 foi fundada a Girl Up pela fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), como um projeto direcionado para meninas adolescentes. A Girl Up promove cursos e treinamentos para ajudar a desenvolver jovens lideranças com habilidades, direitos e oportunidades no mundo inteiro. Apoiando mais de 150 coletivos de meninas em mais de 20 estados do Brasil, a fim de alcançar a igualdade de gênero em todo o mundo (Bahia, 2021).

Podemos observar os dados levantados por uma empresa de cosméticos e cuidados pessoais, que realizou uma pesquisa global para saber como adolescentes de 14 a 24 anos lidam com o ciclo menstrual em cinco países: Brasil, Índia, Filipinas, África do Sul e Argentina (Inova Social, 2018).

Os dados referentes ao Brasil revelam que:

- 66% das entrevistadas afirmaram que ficam desconfortáveis com o período menstrual;
- 57% se sentem sujas;
- 42% sentem-se inseguras
- Apenas 19% mostraram confiança durante a menstruação;
- 54% relataram não saber de nada ou tinha poucas informações sobre ciclo menstrual no momento da primeira menstruação;

- Sete em cada dez pessoas entrevistadas se preocupam com a forma de descarte do absorvente, demonstrando preocupação com o julgamento das outras pessoas ao verem o absorvente usado no cesto de lixo.

- Somente 22%, não tem medo de levantar durante a aula no período menstrual.

- 46% esconde o absorvente no caminho do banheiro;

- 42% das pessoas entrevistadas pedem absorventes para outra pessoa como se fosse um segredo;

- A falta de informação sobre o ciclo menstrual e funcionamento do corpo acaba gerando vergonha e desconforto (Inova Social, 2018).

Embora no Ocidente as percepções sobre a menstruação sejam mais flexíveis, ainda há uma barreira a ser quebrada. Ao analisar os dados da pesquisa mencionada acima, percebem-se como brasileiras se sentem com relação à menstruação:

- Sujas 57% (a média global é de 40%);

- Desconfortáveis 66% (média global é de 50%);

- Capazes 19% (média global é de 24%)

- Inseguras 42% (média global é de 28%) (INOVA Social, 2018).

Estes dados nos mostram que, apesar de a menstruação ser algo natural e que acontece na vida de milhões de pessoas, a desinformação e o estigma acerca da temática, estão intimamente conectadas, onde a falta de informação e espaços para falar sobre menstruação acabam alimentando cada vez mais o tabu sobre o assunto.

Observando as propagandas de absorventes, notamos que a palavra Menstruação é majoritariamente apontada como *Fluxo* ou *Naqueles Dias*, além disso, o sangue é simbolizado por um líquido azul, anunciando seu produto com base no tabu da menstruação e passando sutilmente a mensagem de que falar sobre sangue é algo vergonhoso, reforçando o tabu e distanciamento sobre a menstruação (Ratti; Azzellini; Barrense & Grohmann, 2015).

Uma pesquisa realizada por uma empresa de cosméticos e cuidados pessoais nos mostra um nítido cenário que aponta a necessidade de avanços nas

discussões sobre a menstruação, mas ainda há muito que percorrer (Inova Social, 2018).

Muitas vezes as pessoas evitam falar quando estão menstruadas e escondem absorventes por uma questão de aprendizagem histórico-social (Ratti, et al 2015), esses comportamentos reforçam ainda mais o tabu acerca do tema, mas a partir do momento em que abordamos o assunto, mais comum e natural se torna.

Além do tabu em torno da menstruação, a pobreza menstrual é outra questão. Diante da falta de acessibilidade de pessoas que menstruam aos absorventes descartáveis, uma vez que o produto tem isenção fiscal e a carga tributária é alta, se comparada aos produtos de cesta básica, (Neris, 2020) fazendo com que nem todas as pessoas tenham acesso a esse recurso.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), ter acesso à higiene menstrual é tido como um direito e deve ser tratado como uma questão de saúde pública e de direitos humanos. O movimento Girl up elaborou um relatório chamado Livre para menstruar, onde pontua que uma em cada quatro adolescentes não possui um absorvente durante o seu período menstrual e 50% nunca falaram sobre o assunto na escola.

Nos últimos anos foram criados alguns Projetos de Lei relacionados à Dignidade Menstrual, um deles é o Projeto de Lei 8924/2020, que classifica os absorventes descartáveis como item essencial de cesta básica no Rio de Janeiro aprovada em julho de 2020. Além disso, um Projeto de Lei foi apresentado pela deputada Tábata Amaral com o objetivo de sanar a pobreza menstrual no Brasil, que, por falta de recursos financeiros, acabam recorrendo a materiais inadequados como jornal ou tecido pela falta de acesso aos absorventes.

Em 12 de julho de 2021 a prefeitura de São Paulo aprovou o Projeto de Lei 388/2021 que garante a distribuição de absorventes descartáveis nas escolas da rede municipal para estudantes, com o objetivo de diminuir a evasão escolar durante o período menstrual, direcionada para as pessoas que estão em vulnerabilidade social para que não falem às aulas, para não prejudicar o processo de aprendizagem.

Com isso, a Secretaria Estadual da Educação (Seduc-SP) irá distribuir 500 mil absorventes para a rede municipal, uma doação da empresa Procter & Gamble. Os produtos de higiene foram obtidos através do Programa de Transferência de

Recursos Financeiros (PTRF). Além da distribuição dos absorventes, também inclui cesta de higiene contendo lenço umedecido, sabonete, desodorante sem perfume, creme dental, escovas de dente e fio dental (Bocchini, 2021).

A Deputada federal, Marília Arraes, em 2019 apresentou o Projeto de Lei 4968/2019 que visa distribuir absorventes descartáveis em escolas públicas, a fim de combater a pobreza menstrual, identificada como falta de acesso ou de recursos que permitam a compra de produtos de higiene e outros produtos necessários, com o objetivo de reduzir as faltas em dias letivos de educandas no período menstrual e conseqüentemente, evita prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar (Brasil, 2019).

Na contramão dos avanços na discussão da Dignidade Menstrual, no dia 7 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro, vetou a distribuição gratuita de absorvente menstrual para estudantes de escolas públicas de baixa renda e de pessoas em situação de rua ou extrema vulnerabilidade, alegando que a distribuição gratuita de absorventes higiênicos femininos não é compatível com a autonomia das redes e estabelecimentos de ensino, além de não indicar a medida compensatória ou fonte de custeio. Além disso, o presidente vetou o trecho que incluía absorventes higiênicos nas cestas básicas distribuídas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL. Projeto de lei nº 4.968 e 5.474, de 11 de setembro de 2019).

Neris (2020) cita como exemplo, o Estado do Rio Grande do Norte, onde o absorvente é tributado em uma alíquota de 18%, junto com o anticoncepcional. Já os produtos da cesta básica, são tributados à alíquota de 12%. Segundo uma pesquisa da ONU Mulheres, 12,5% da população feminina do planeta não tem acesso a produtos de higiene por conta do alto custo desses produtos (Movimento ODS, 2020).

Devido ao alto custo dos produtos de higiene como os absorventes descartáveis, mulheres cisgênero, homens transexuais e pessoas não binárias que menstruam, acabam recorrendo a métodos inseguros para lidar com a menstruação. O uso de jornais, sacolas plásticas, folhas de papel, meias, miolos de pão e até mesmo a reutilização de absorventes descartáveis acaba colocando a saúde física das pessoas em risco. Quando se trata de refugiadas, abrigos, presas e moradoras que estão em situação de rua, a vulnerabilidade é ainda maior no que

diz respeito à precariedade menstrual, além do desgaste psicológico associado à falta de recursos para lidar com a menstruação (Queiroz, 2015).

Segundo o Movimento ODS (2020), 1,25 bilhões de meninas e mulheres no mundo não possuem acesso a banheiros privados e seguros, além disso, 526 milhões não têm banheiros disponíveis onde vivem.

De acordo com os dados publicados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, as redes de esgotos atingem 55,0% da população total (114,6 milhões de habitantes) e 63,2% da população urbana (112,4 milhões habitantes) da amostra. Os maiores índices são os da macrorregião Sudeste (80,5% e 84,9%, respectivamente) e os menores, da Norte (13,1% e 17,2%) (Sinis, 2021).

Durante a pandemia do COVID-19, o índice de pobreza no Brasil aumentou e o acesso a produtos de higiene tem ficado cada vez mais distante para pessoas em vulnerabilidade social.

Segundo a Faculdade Getúlio Vargas (FGV), entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, existiam cerca de 17,7 milhões de pessoas que voltaram à pobreza, onde passaram de 9,5 milhões, para 27,2 milhões em fevereiro de 2021 (Gemaque, 2021).

Com isso, percebemos o quanto a questão socioeconômica impacta na vida das pessoas que menstruam, juntamente com a ausência de diálogo sobre o assunto, fragilizando ainda mais esses indivíduos. Os dados acima nos mostram que a precariedade menstrual é uma questão social e de saúde pública, por isso é importante que as políticas avancem nas discussões sobre a temática da pobreza menstrual e que as pesquisas produzidas tragam enfoque político e social da menstruação e de corpos que menstruam.

5.2 Iniciativas não-formais em Educação Menstrual

A Educação Menstrual é uma área recente dentro das temáticas de sexualidade. O registro mais antigo que se tem sobre essa prática, oficialmente, é do projeto Princesas Menstruantes, idealizado pela psicóloga e educadora menstrual, Carolina Ramírez na Colômbia.



Imagem 4: Princesas Menstruantes. Disponível em: <https://www.princesasmenstruantes.com/>

De acordo com Francisca (2021) “a educação menstrual se dedica à promoção de processos educativos, lúdicos e informativos sobre ciclos menstruais, conhecimento sobre corpos menstruantes e a busca por políticas públicas que garantam a dignidade menstrual”.

O trabalho realizado por Carolina Ramirez se deu a partir da constatação dos efeitos gerados pela violação dos direitos menstruais de meninas em seu povoado. A partir daí, Ramirez passou a desenvolver estratégias de diálogo e informação junto às crianças e adolescentes, além de educadoras e educadores de escolas na Colômbia. Hoje o projeto Princesas Menstruantes é uma das referências na Educação Menstrual.

Aqui no Brasil, é possível indicar diversos projetos que desenvolvem ações de Educação menstrual, dando destaque para a Herself, que realiza um projeto chamado Educação Menstrual pelo Mundo.



Imagem 5: Educação menstrual pelo mundo. Disponível em:
<https://compartilhar.herself.com.br/emenstrualpelomundo>

Outras iniciativas independentes podem ser encontradas atualmente em redes sociais que, durante a pandemia do Covid19, desenvolveram atividades online de promoção de informação sobre ciclos menstruais, levando vivências não só para corpos menstruantes como para a população em geral.

É o caso do Movimento Livre para Menstruar que, de acordo com as idealizadoras,

(...) é um movimento puxado por meninas de clubes Girl Up para acabar com a pobreza menstrual no Brasil. Elas trabalham junto a uma comunidade de parceiros por políticas públicas que permitam que cada pessoa que menstrua seja #livreparamenstruar. O Girl Up Brasil oferece às meninas uma plataforma, ferramentas e conexões que amplifiquem suas ações. Como parte de nossos esforços, produzimos o estudo inédito Livre para Menstruar - Pobreza Menstrual e a Educação de Meninas, que pretende subsidiar o debate sobre menstruação (Bahia, 2021).

Um ponto importante para apontar é a mobilização social que acontece de forma independente e é realizada no combate à Pobreza menstrual no Brasil. Muitos grupos foram formados para entregar kits menstruais à comunidade com alto índice de vulnerabilidade. É o caso dos projetos Eu tô de Chico e TPM, este último é a sigla para Transformando Períodos Menstruais².

² Disponível em <https://projetoTPM.org/>

A iniciativa *Vulvárias – materiais educativos em sexualidade*³ também realizou distribuição de kits menstruais, além da elaboração de cartilha menstrual com informações para autocuidado de corpos menstruantes, no ano de 2020. Em 2021, foi contemplada por um edital público da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo para realizar um projeto chamado Ser de Lua que teve como objetivo promover ações de formação em Ginecologia natural e Educação Menstrual junto a pessoas periféricas menstruantes, além a criação de um livro sobre Dignidade Menstrual e um podcast relacionado ao mesmo assunto.

Desde 2014, é comemorado mundialmente o dia da Higiene Menstrual em 28 de maio, que foi criada pela ONG alemã WASH UNITED com a intenção de educar meninas e mulheres para romperem o silêncio a respeito da temática, assim como gerar diálogo sobre os tabus que permeiam o assunto (Inova Social, 2018).

O combate à Pobreza Menstrual e promoção da Dignidade e saúde menstrual, como foi visto nessa parte da dissertação, não se restringe à discussão sobre questões biológicas da menstruação, mas atravessa espaços de promoção de direitos básicos e de pesquisas sobre esse tema. Por hora, as iniciativas de maior expressão no Brasil são realizadas de forma independente, mas já existem estados brasileiros que compreendem a importância de garantir subsídios para que pessoas que menstruam possam viver esses períodos com dignidade e segurança.

³ Disponível em: www.vulvarias.com.br

6 O primeiro Programa de Mestrado em Educação Sexual do país

As questões relacionadas à sexualidade tem sido objeto de pesquisas e estudos das ciências humanas, principalmente da educação, psicologia, antropologia, sociologia, história e ciências médicas, logo, as pesquisas nessa área são interdisciplinares.

Nos anos de 1990 foram criados diversos grupos de estudos e pesquisas sobre Sexualidade e Educação Sexual no Brasil, que foi ampliada para além do eixo Rio – São Paulo, que concentrava as atuações nos anos de 1970-80 (Bedin, 2016).

Em fevereiro de 2000, o professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro criou um documento para o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL/UNESP/Araraquara, solicitando a vinculação do NUSEX (Núcleo de Estudos da Sexualidade) para o PPGEdEsc, e em 26 de setembro de 2000, o grupo de pesquisa foi aceito pelo programa (Bedin, 2016), desenvolvendo um trabalho importante e com um impacto positivo nos estudos de sexualidade.



Imagem 6: Integrantes do NUSEX em 2008 com os professores Luci Muzzeti e Paulo Rennes.
(Copyright Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Coleção Particular *in* Bedin, 2016)

No ano de 2008 aconteceu o I Congresso Brasileiro de Educação Sexual “UNESP – UEL – UDESC”, que surgiu a partir de dois Simpósios de Sexualidade e Educação Sexual, sendo o primeiro realizado em Araraquara no ano de 2005 e o segundo, em Londrina, no ano de 2006. Essas iniciativas foram realizadas por Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Mary Neide Figueiró, Sonia Maria Martins de Melo, Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Célia Regina Rossi (Bedin, 2016).

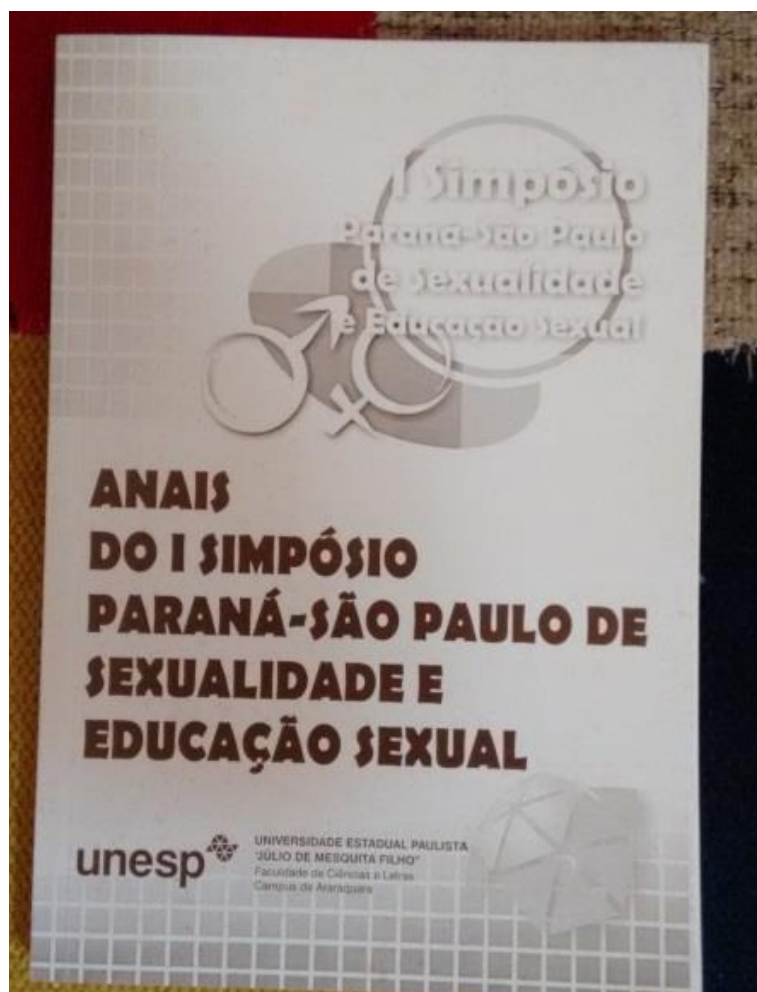


Imagem 7: Capa dos Anais
(Copyright Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Coleção Particular in Bedin, 2016)

A Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), do campus de Araraquara criou o primeiro mestrado em Educação Sexual no país em 2012, com o objetivo de preparar profissionais da saúde e educação, a fim de trabalhar e abordar temas como violência sexual, relações de gênero, homofobia, entre outras temáticas, aprovado pelo CAPES em 2012, e a primeira turma de alunos ingressaram em 2013 (Bedin, 2016).



Imagem 8: Primeira Turma do Mestrado em Educação Sexual
(Copyright Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Coleção Particular *in* Bedin,2016)

O grupo de estudos aliado ao primeiro mestrado em Educação Sexual promoveu diversos eventos e discussões sobre sexualidade, como congressos, oficinas, conferências, simpósios, entre outros, o que fortalece e amplia as discussões sobre sexualidade.

Entre os anos de 2015 e 2020, o Programa de Pós Graduação em Educação Sexual (PPGEdSex), já teve 91 dissertações defendidas nas diversas áreas da Sexualidade Humana. Temas como violências sexuais transgeracionais, sexualidade de pessoas com deficiência, homofobia na educação infantil, vivências de pessoas transgênero, afetividade de meninas negras periféricas e sexualidade de mulheres indígenas, entre outros, têm destaque nas produções acadêmicas desse PPGEdSex.

É inegável a contribuição desse Programa para as ações de garantia de espaços de discussão sobre Educação Sexual e, justamente, por ser inegável a sua contribuição, que essa dissertação se propõe a analisar as produções de pesquisadoras e pesquisadores que já passaram por esse Programa e observar o modo como a temática da menstruação foi abordada, dessa forma, será possível oferecer reflexões que auxiliem novas (os) pesquisadoras (es) na construção de

uma Educação Sexual que compreenda as questões políticas e sociais como inerentes ao ser humano e seu desenvolvimento sexual saudável.

7 RECURSOS METODOLÓGICOS

Nessa pesquisa foram utilizadas as metodologias quantitativa e qualitativa. Para Minayo (2009), os dois tipos de abordagem na pesquisa - quantitativa e qualitativa - são compatíveis e, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produzem riquezas de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

No que diz respeito à parte quantitativa, foi feito um levantamento de todas as dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara entre os anos de 2015 e 2020, totalizando 91 pesquisas no campo da Educação Sexual. Em seguida foram realizadas buscas pelos termos “menstruação”, “menstrua”, “menstrual”, “menstruada”, “menstruado” e outros relacionados à menstruação, em cada uma das dissertações produzidas, a partir daí as dissertações que mencionaram esses termos foram separados e categorizados.

Já o aspecto qualitativo da pesquisa, foram analisadas todas as dissertações que mencionam os termos relacionados à menstruação e divididos em categorias de análise, em seguida foi observado o modo como cada dissertação abordou a temática da menstruação.

Para analisar os resultados, esta pesquisa fundamentou-se na Análise de Conteúdo de acordo com os métodos descritos por Bardin (2004). A partir da análise das dissertações, levantaram-se sete categorias de análise, a saber:

- **Categoria 1 – Puberdade:** Nesta categoria apresentamos as dissertações que tenham utilizado o termo menstruação para contextualizar algum elemento da puberdade como, por exemplo, a menarca.
- **Categoria 2 – Fisiologia:** Todas as dissertações que trazem um enfoque nas questões biológicas (fisiologia e anatomia) estão dentro desta categoria.
- **Categoria 3 – Contexto histórico cultural:** Nesta categoria foram alocadas as dissertações que apresentam alguma contextualização histórica da menstruação, além disso, também estão nesta categoria,

as dissertações que mencionam a questão menstrual com enlace cultural, trazendo os olhares sobre corpos menstruantes em cada cultura.

- **Categoria 4 – Gravidez:** Algumas dissertações utilizaram a palavra menstruação para se referir à prevenção de gravidez não planejada ou desejada na adolescência, todas as produções que se enquadram nesse contexto foram agrupadas nesta categoria.
- **Categoria 5 – Transmasculinidades:** Dissertações que abordam a menstruação, como parte das vivências transmasculinas, estão nesta categoria.
- **Categoria 6 – Jogo educativo:** As dissertações que apresentam a menstruação como tema de encontros que utilizam alguma ferramenta lúdica estão na presente categoria.
- **Categoria 7 – Adoecimento:** Por fim, nessa categoria, foram colocadas as dissertações que apresentam olhares de adoecimento para o tema menstruação.

8 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Entre os anos de 2015 e 2020, o Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara, produziu 91 dissertações no campo da Educação Sexual e Sexualidade. Numa conjuntura em que falar sobre esse tema é motivo de perseguição política, principalmente no ambiente educacional e acadêmico-científico, pode-se refletir que se trata de um ato duplamente revolucionário. Contudo, mesmo compreendendo a valiosa contribuição desse Programa para as produções sobre sexualidade, é importante analisarmos quais aspectos dessa área de pesquisa tem sido prioridade e quais têm ficado à margem.

Na presente pesquisa, a análise foi feita em dois momentos. Primeiramente foi analisada a quantidade de dissertações produzidas no PPGEdSex no período de 2015 a 2020, a seguir foram observadas quantas dessas produções mencionam termos relacionados à menstruação e corpos menstruantes. Após essa análise quantitativa, analisou-se cada uma das dissertações a partir da forma como a temática da menstruação tem sido estudada neste PPGEdSex, e divididos em categorias, conforme supramencionado.

8.1 Análises quantitativas

A seguir será apresentado o quadro das análises quantitativas das dissertações produzidas, além de um quadro comparativo da menção de termos como “menstruar, menstruação, menstrual, menstruada, menstruado” em cada dissertação.

DISSERTAÇÕES DO PPG EDUCAÇÃO SEXUAL - 2015 A 2020			
Ano	Dissertações produzidas no ano em questão	Dissertações que <u>não</u> mencionam menstruação	Dissertações que mencionam menstruação
2015	19	13	6
2016	6	4	2
2017	17	13	4
2018	18	12	6
2019	5	5	0
2020	26	23	3
TOTAL	91	70	21

Imagem 9: Dissertações do PPGEdSex 2015 – 2020. Fonte: criado pela autora.

Como é possível observar, das 91 dissertações defendidas nos últimos cinco anos no PPG em Educação Sexual da UNESP Araraquara, apenas pouco mais de 23% mencionam termos que remetem à menstruação.

Para ilustrar melhor esse baixo número de produções acerca da menstruação, o gráfico a seguir mostra um comparativo visual das dissertações ano a ano desde o surgimento do Programa de Educação Sexual da UNESP Araraquara até o ano de 2020.



Imagem 10: Comparativo das dissertações de mestrado do PPGEdSex e o termos Menstruação. Fonte: criado pela autora.

Nota-se que os anos de maior produção de dissertações que mencionam termos relacionados à menstruação é em 2015 e em 2018, ambos com seis dissertações, já o ano com o menor número de produções científicas que mencionam a menstruação é 2019 momentos em que nenhuma dissertação defendida abordou a temática ou citou termos relacionados à questão.

No quadro a seguir, é possível observar a quantidade de vezes que a palavra menstruação aparece em cada dissertação de mestrado do Programa em questão.

	Nº DE DISSERTAÇÕES	Nº DE MENÇÕES À MENSTRUAÇÃO
	10	1
	3	2
	1	4
	1	6
	1	7
	2	10
	1	12
	2	14
Total	21	56

Imagem 11: Menções por dissertação. Fonte: feito pela autora.

Nota-se o número expressivo de dissertações que mencionam a palavra menstruação apenas uma vez, e em contraponto, apenas duas dissertações citam o tema quatorze vezes.

É importante informar que o fato de existirem 21 dissertações mencionando a palavra menstruação, não significa necessariamente que o tema foi discorrido com profundidade ou de forma ampla que considerasse os aspectos políticos e sociais envolvendo a menstruação.

No início de 2019, o documentário Absorvendo o tabu (2019) foi lançado na plataforma Netflix. Naquele mesmo ano, o curta foi contemplado na maior

premiação do cinema mundial, recebendo o Oscar de melhor documentário de curta-metragem. Essa premiação pôde dar maior visibilidade para as temáticas de Dignidade Menstrual no mundo. Embora o documentário falasse da realidade de meninas e mulheres indianas, parecia ser difícil associar aquela situação à realidade vivenciada por meninas e mulheres brasileiras.

Analisando as dissertações de mestrado defendidas e a forma como a temática da menstruação aparece, pode-se perceber que a invisibilidade das questões latentes sobre a menstruação se reflete também na academia que tem baixa produção acadêmico-científica sobre essa temática tão urgente no Brasil.

Em 2021, uma pesquisa realizada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre Pobreza Menstrual no Brasil revelou que mais de 1 milhão de meninas brasileiras não tem à sua disposição papel higiênico nos banheiros escolares, 66% dessas meninas são pretas e pardas (Santos 2021). Esses dados apontam que a discussão sobre dignidade menstrual é urgente e precisa ser abordada pela Educação Sexual, tanto no fazer educativo escolar, quanto nas produções acadêmicas.

Para UNFA e UNICEF,

Discutir a saúde e os direitos menstruais publicamente é um dos compromissos do UNFPA e do UNICEF na resposta à pobreza menstrual, que afeta negativamente parte importante das pessoas que menstruam no país – como retrata este relatório. O tema explicita as vinculações entre a dignidade menstrual e o exercício dos direitos à água e ao saneamento adequado na escola e em casa. Os dados apresentados demonstram como, no Brasil, crianças e adolescentes que menstruam têm seus direitos à escola de qualidade, moradia digna, saúde, *incluindo sexual e reprodutiva* violada, quando seus direitos à água, ao saneamento e à higiene não são garantidos nos espaços em que convivem e passam boa parte de sua vida (UNFA, 2021, grifo nosso).

Levantar o tema da menstruação em dissertações de mestrado é algo importante, mas precisamos analisar a forma como esse tema tem aparecido nas produções acadêmicas do PPGEdSex.

No quadro a seguir, é possível observar as categorias de análise em que cada dissertação está alocada.

Ano	Título da dissertação	Autor(a)	Menção da menstruação	Categoria de análise
2015	Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental	Débora Brandão Bertolini	14 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2015	A educação sexual nas entrelinhas nas concepções dos gestores	Adriana Rodrigues Zocca	4 vezes	Adoecimento / Gravidez
2015	O que os homens têm a dizer sobre as mulheres? Os novos posicionamentos de jovens do gênero masculino frente às transformações femininas nas relações afetivas: uma leitura sob a ótica da psicologia analítica	Alessandra Munhoz Lazdan	1 vez	Fisiologia/ Puberdade
2015	Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero: o lúdico como estratégia educativa	Daniela Arroyo Fávero Moreira	1 vez	Gravidez
2015	Educação sexual, saúde e sexualidade: (re) significando as relações entre pais e filhos.	Andréia Serrano Cayres Rapatão	14 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2015	A transmissão da vida psíquica entre gerações: os aspectos determinantes do fazer-se herdeiro da violência sexual	Gustavo Rodrigues Salinas	1 vez	Fisiologia/ Puberdade

2016	A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo	Érick Roberto Freire De Araújo Silva	6 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2016	Educação sexual e comunicação: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas a partir de uma intervenção	Aline Santana Castelo Branco	2 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2017	Agentes comunitários de saúde: o elo entre os estigmatizados e o acesso à saúde	Isabela Virginia Pasquini Borges De Oliveira	2 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2017	Sexualidade e conhecimento popular a partir do uso de garrafadas: possibilidades para intervenções na Educação Sexual	Evelanne Samara Alves Da Silva	10 vezes	Fisiologia/ Puberdade/ Contexto Histórico E Cultural
2017	Desvelando a vivência transexual: gênero, criação e constituição de si-mesmo	João Paulo Zerbinati	1 vez	Transmasculini dade
2017	Tema transversal orientação sexual, prática pedagógica do professor de educação física: Trajetórias e Desafios.	Adalto Perpétuo Bianco	7 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2018	A história da criação do Papo Jovem: Um Projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio	Rita Cássia Pereira Bueno	1 vez	Jogo Educativo
2018	Sexualidade e identidade feminina em "Iracema" de José de Alencar: da	Nelma Eugenia Svizzero	2 vezes	Contexto Histórico E Cultural

	literatura romântica de vestibular à visão crítica dos vestibulandos			
2018	Concepções sobre sexualidade de professores e funcionários que atuam em uma escola municipal de educação básica	Clesiomar Antônio Dos Santos Inácio	1 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2018	“Não deficiencie minha sexualidade”: repensando a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual por meio de oficinas pedagógicas	Denise Maria Nepomuceno Schiavon	1 vezes	Fisiologia/ Puberdade
2018	Negritudes, adolescências e afetividades: experiências afetivo-sexuais de adolescentes negras de uma periferia da cidade de São Paulo	Elânia Francisco Lima	1 vez	Puberdade
2018	Escola e transfobia: vivências de pessoas transexuais	Sylvia Maria Godoy Amorim	1 vez	Transmasculinidade
2020	Gravidez na adolescência: perfil das adolescentes do Ensino Técnico Integrado ao Médio da Escola Técnica Sylvio de Mattos Carvalho – Matão- SP	Priscila Marconato Da Silva	10 vezes	Fisiologia/ Puberdade/ Contexto Histórico E Cultural
2020	O discurso da violência obstétrica nas práticas de atendimento ao parto: Proposta de uma Educação Sexual em	Kauana Barreiro Anglés Arrigo	1 vez	Fisiologia/ Puberdade

	busca do parto humanizado			
2020	Profissionais do sexo na interface com a Educação Sexual nos horizontes da fenomenologia	Monica Soares	12 vezes	Fisiologia/ Puberdade/ Contexto Histórico E Cultural

Imagem 12: Dissertações e categorias. Fonte: criado pela autora.

Observa-se que as categorias relacionadas às questões biológicas (gravidez, fisiologia, adoecimento) tem destaque nas produções que mencionam o termo menstruação. Contudo, em nenhuma das produções encontra-se o viés de garantia de direitos sexuais e reprodutivos ou de reflexões sobre políticas públicas e movimentos sociais em defesa da Dignidade Menstrual.

A invisibilidade da menstruação, enquanto um tema urgente no Brasil, está refletida não só nas dissertações analisadas, como também no baixo número de produções acadêmicas existentes para a construção dessa dissertação que se apresenta.

8.2 Analisando alguns trechos das dissertações pesquisadas

Embora as análises quantitativas já apontam alguns elementos para pensar o modo como as dissertações dentro do PPG em Educação Sexual da UNESP Araraquara têm refletido sobre a temática da menstruação, é importante analisar o modo como a palavra menstruação aparece em cada uma dessas pesquisas.

A pesquisadora Débora Brandão Bertolini, em 2015 defendeu a dissertação de mestrado intitulada “Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental”, na qual pesquisou sobre as manifestações adolescentes sobre sexualidade. Em toda a dissertação, Bertolini (2015) menciona a palavra menstruação e seus derivados, 14 vezes, tendo o enfoque voltado para questões da fisiologia, mais especificamente na puberdade.

A seguir, são apresentados alguns trechos da dissertação, mostrando os momentos em que a autora e pesquisadora menciona a menstruação:

ocorrem [na adolescência] alterações hormonais que acarretam insegurança por falta de conhecimento: menarca (primeira menstruação), desenvolvimento de mamas e pêlos, alteração na voz, ereção peniana com ejaculação e presença de sêmen (Bertolini, 2015, p.31);

eu me sinto um pouco cansada da vida. A gente é visto como se fossem uns rebeldes. Na adolescência há muitos conflitos com os pais e as adolescentes, principalmente na fase da menstruação, são chatas (Entrevistada citada por Bertolini, 2015, p. 56);

ainda no aspecto da transformação do ser infantil em adulto, garotas citam mudanças hormonais tais como menarca e menstruação como aspecto negativo (Bertolini, 2015, p.58);

apontou-se o processo relacionado à menstruação e quando ocorre a menarca (início da menstruação ou ciclo reprodutivo) assim como ocorre a poluição noturna e maturação dos espermatozoides bem como a importância da localização dos testículos para a temperatura adequada destes espermatozoides; o que são e como são realizadas cirurgias para evitar gravidez (laqueadura e vasectomia), para mudanças de sexos (quando ocorre incompatibilidade entre sexo e gênero) e partos cesariana e normal; abordou-se o hímen bem como tipos, rompimento e ausência do mesmo (Bertolini, 2015, p. 67);

as modificações percebidas nos próprios corpos nesta fase de transição, apontadas pelos jovens foram: aumento das mamas e do tamanho do pênis, surgimento de pelos por todo o corpo, principalmente nas axilas e nos genitais; odores fortes nas axilas, a voz que engrossa, a menstruação e as cólicas menstruais além da presença de acnes (Bertolini, 2015, p. 74).

No que diz respeito a abordagem trazida por Bertolini (2015), pode-se observar que a autora apresenta a menstruação dentro da lógica da fisiologia, focando nas modificações corporais, ainda que uma de suas entrevistadas tenha trazido a indagação de que a menstruação é uma fase “chata”. Cabe considerar que a dissertação de Bertolini não tinha como foco os assuntos acerca da

menstruação, por essa razão é possível que sua abordagem tenha se limitado a analisar as falas das adolescentes deixando a crítica sobre ciclos menstruais na adolescência fora das reflexões propostas.

A dissertação de mestrado de Lazdan (2015), intitulada “O que os homens têm a dizer sobre as mulheres? Os novos posicionamentos de jovens do gênero masculino frente às transformações femininas nas relações afetivas: uma leitura sob a ótica da psicologia analítica” menciona a palavra menstruação apenas uma vez da seguinte forma, “diferentemente do lado feminino, no qual a natureza se incumbem de transformar a menina em mulher na ocorrência da primeira menstruação, para o homem é necessário provas de virilidade” (Lazdan, 2015, p. 10).

Na abordagem trazida pela autora e pesquisadora, é possível observar que a menstruação é apresentada como uma questão da natureza feminina que transformaria meninas em mulheres, já no caso dos meninos, a virilidade é apresentada como o marco de sua transformação em homem. Na menina, a biologia a transforma, enquanto no menino, a sociedade o faz homem.

Para Vieira (2002),

A ideia de ‘natureza feminina’ baseia-se em fatos biológicos que ocorrem no corpo da mulher – a capacidade de gestar, parir e amamentar, assim como também a menstruação. Na medida em que essa determinação biológica parece justificar plenamente as questões sociais que envolvem esse corpo, ela passa a ser dominante, como explicação legítima e única sobre aqueles fenômenos. Daí decorrem ideias sobre a maternidade, instinto materno e divisão sexual do trabalho com atributos ‘naturais’ e ‘essenciais’ à divisão de gêneros na sociedade (Vieira, 2002, p. 31-32).

Essa visão é refletida por Aureliano (2009), ao falar sobre os argumentos utilizados para medicalizar mulheres durante seus períodos menstruais. De acordo com o autor, os discursos médico-morais colocam os corpos de mulheres dentro de uma ‘natureza feminina’ através dos ‘aspectos biológicos’, nesse caso, o biológico seria, nesses discursos, o fator determinante da ‘personalidade feminina’ (Aureliano, 2009, p. 50).

Outras dissertações trouxeram o olhar da biologia sobre corpos que menstruam,

os conteúdos relacionados à educação sexual são apresentados no eixo Ser Humano e Saúde e contemplam: “a caracterização do ciclo menstrual e da ejaculação, associando-os à gravidez, estabelecendo relações entre o uso de preservativos, a contracepção e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, valorizando o sexo seguro”, para o terceiro ciclo, ou sextos e sétimos anos do Ensino Fundamental II (Silva, 2016, p. 50);

ensino secundário. Compreensão ética da sexualidade humana(...). Compreensão e determinação do ciclo menstrual em geral, com particular atenção à identificação, quando possível, do período ovulatório, em função das características dos ciclos menstruais (Silva, 2016, p. 113);

assim como a menstruação é um processo fisiológico mensal para as mulheres e qualquer desconforto regular denota alguma irregularidade fisiológica e/ou psicológica/emocional, assim é o correlato com o parto (Arrigo, 2020, p. 57).

Ainda sobre a biologização da menstruação, a dissertação de Rapatão (2015), enfatiza o ciclo menstrual como um amadurecimento “mais biológico”. Nas palavras da autora,

a puberdade marca o fim da infância e o início da adolescência. De acordo com Tiba (2010) a puberdade é um amadurecimento muito mais biológico, que começa para as meninas em torno dos 8-10 anos, e nos meninos entre 9 e 11 anos. Termina com a menarca (primeira menstruação) para as garotas e com a mudança de voz para os meninos (Rapatão, 2015, p. 29).

A dissertação de Zocca (2015), que recebeu o título de “A educação sexual nas entrelinhas nas concepções dos gestores”, analisou a concepção de gestores públicos na educação sobre o tema da sexualidade. O trecho da pesquisa em que a menstruação aparece está relacionado à matéria coletada nas entrevistas.

“Para os gestores G1, G3, G5, G6, G7, G8, G9, G10, G11 e G12, os principais temas são a prevenção de doenças, a questão da gravidez precoce, da menstruação, da camisinha, da higiene reforçando a importância na perspectiva biológica” (Zocca, 2015, p. 60).

Zocca (2015), mostra o quanto os próprios gestores têm uma visão biologizante das questões relacionadas à sexualidade, para além da menstruação. Embora a pesquisa de Zocca esteja em sintonia com o que a presente dissertação defende, a autora não aprofunda nessa discussão, deixando a crítica com relação à biologização dos corpos em segundo plano.

O único momento em que a palavra menstruação aparece na dissertação de mestrado de Moreira (2015) é trazida uma contribuição interessante para se pensar as questões menstruais. A pesquisa intitulada “Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero: o lúdico como estratégia educativa”, aborda a menstruação num viés social e cultural, ampliando os olhares sobre menstruação.

“No decorrer de sua obra menciona também que havia várias maneiras de controlar a fertilidade e uma delas, praticada por mulheres, era prolongar o tempo do aleitamento materno por acreditar que neste período a mulher correria um risco menor de engravidar, pois, assim sendo, prolongaria o período da ausência da menstruação” (Moreira, 2015, p. 24).

Além de Moreira (2015), Silva (2017) e Soares (2020), também trazem um enfoque social e cultural com relação à menstruação,

segundo a autora mencionada, o próprio corpo da mulher estava envolto em mistérios indecifráveis no Brasil do século XVI, o corpo feminino recebia interpretações inferiorizantes, como a podridão do sangue menstrual, o perigo do útero ao se deslocar, lançar substâncias até o cérebro da mulher levando-a a loucura (Silva, 2017, p. 66);

a escolha ou não escolha de uma palavra reflete o silêncio da educação sexual intrafamiliar e a reprodução desse silêncio na idade adulta. Nesse caso, evidenciado pelo uso da palavra negócio, revelando a dificuldade em nomear a menstruação (Soares, 2020, p. 50).

Duas dissertações de mestrado foram apresentadas abordando a temática das existências transmasculinas, mencionando a menstruação de homens. O trabalho de Zerbinati (2017), falando sobre a história de vida de João Neris e de Amorim (2018), mencionando a trajetória de pessoas trans no ambiente escolar,

a menstruação, os seios, o corpo de um modo geral impunham a João um conteúdo e um papel pronto para ser seguido. Na tentativa de confrontar o corpo de características femininas, na necessidade de responder a partir do esperado para o gênero masculino, a dificuldade inicial para encontrar caminhos criativos fizeram com que João passasse por vivências de extremo sofrimento, se distanciando do mundo e de si-mesmo (Zerbinati, 2017, p. 90);

passei muito mal, teve situação de eu ter menstruação infelizmente, vou fazer o que, de me sujar por não ter ido ao banheiro me trocar (Amorim, 2018, p. 88).

Tanto Zerbinati, quanto Amorim ampliam os olhares sobre menstruação para além de corpos cisgênero.

Na dissertação de Lima (2018), embora a pesquisadora tenha estudado sexualidade e afetividade de meninas negras, é apenas na apresentação de sua própria história de vida que a autora menciona a palavra menstruação,

a adolescência foi um período de intensas mudanças. Sentir a puberdade agindo em meu corpo, menstruar pela primeira vez, apaixonar-me pela primeira vez, querer beijar na boca e treinar usando as costas da mão, querer transar, sentir tesão, rascunhar os primeiros versos de amor nas últimas folhas do caderno, foi me fazendo querer saber mais sobre sexualidade, querer saber mais sobre esse treco maluco que é o querer-bem-alguém... E foi no entrelaçamento de minha vivência afetivo-sexual com o desejo de saber mais que comecei a estudar sozinha sobre puberdade e adolescência (Lima, 2018, p. 16).

Importante observar que apenas uma dissertação citou a menstruação dentro do contexto indígena. Trata-se do trabalho de Svizzero (2018), que analisou a obra de José de Alencar, *Iracema*. A autora menciona a menstruação no seguinte trecho,

quando a jovem índia menstrua pela primeira é apresentada à tribo por meio de um ritual próprio para a ocasião, após ter permanecido alguns dias afastada dos demais membros por ter sido flechada pela lua (Svizzero, 2018, p. 96).

Em 2015 e 2018, anos em que o Programa de Pós Graduação em Educação Sexual produziu mais dissertações que mencionam o tema da menstruação, contudo pode-se observar que o assunto aparece relacionado às categorias como Fisiologia, Puberdade, Adoecimento e Gravidez, mostrando o quanto a menstruação ainda está associada a uma perspectiva biologizante, mesmo no meio acadêmico.

Nunes (1996), em sua tese de doutoramento, apresentou reflexões sobre perspectivas da Educação Sexual, categorizando-as em algumas vertentes, justamente para chamar a atenção para a importância de se ter olhar crítico sobre o fazer na área da sexualidade.

Para Nunes (1996), não basta defender a Educação Sexual, é preciso que ela tenha caráter libertário em suas ações. No que diz respeito à temática da menstruação, as dissertações em análise, tendem a apresentá-la numa visão “médico-biologizante” (Nunes, 1996), ou seja, as pesquisas em questão focam no tema valorizando o debate das questões fisiológicas e hormonais, o que pode ser resquício de uma história social construída pela medicina ocidental em que a visão médico-biologizante ganhou espaço, invisibilizando outros aspectos importantes da saúde e da educação sexual (Vieira, 2002).

Ao analisar as dissertações, também é possível perceber o quanto o tema ainda é tratado como uma questão da ordem do feminino, exceto as dissertações de Zerbinati (2017) e Amorim (2018) que abordam a questão transmasculina. Contudo, ainda assim, a discussão sobre menstruação surge como algo exclusivo nas reflexões de corpos que menstruam, sejam eles trans ou cisgênero.

Para Silva (2021), é urgente compreender a menstruação como um tema da sociedade em geral e não somente restrito ao universo de corpos menstruantes.

Nas palavras de Silva (2021),

É fundamental que os meninos e homens também tenham acesso ao conhecimento sobre o ciclo menstrual, não apenas para que se responsabilizem pela prevenção à gravidez não intencional, como também para que tenham um comportamento mais respeitoso com as meninas e mulheres que menstruam (Santos, 2021, p. 21).

Dos 21 trabalhos analisados, também se observou uma maioria de pesquisas realizadas por mulheres cisgênero, o que abre margem para refletir sobre quais corpos estão pautando – ainda que de maneira médico-biologizante, na maioria das vezes – a questão menstrual. Foram 16 dissertações escritas por pesquisadoras mulheres e cinco, escritas por pesquisadores homens, todos cisgênero.

Também é importante destacar que, embora os termos relacionados ao contexto menstrual tenham aparecido em 21 pesquisas, nenhuma das 91 dissertações defendidas entre os anos de 2015 e 2020 tinham como tema central a discussão sobre menstruação ou educação menstrual, o que pode indicar que este tema ainda está à margem das reflexões sobre Educação Sexual, mantendo a invisibilização das demandas de corpos que menstruam, com escassez de produções científicas e educativas formais.

É importante informar que a escassez de materiais relacionados à Educação Menstrual e Dignidade Menstrual para além da questão biológica e fisiológica, não é exclusividade do PPGEdSex, mas uma questão geral de nossa sociedade. Como afirma Santos,

Podemos citar como exemplo que muitas das bibliografias disponíveis, inclusive as publicadas em periódicos muito bem avaliados entre os pares, tendem a repetir argumentos biologizantes que reforçam estereótipos de gênero extremamente prejudiciais às pessoas que menstruam. Com base nesses trabalhos, a conduta de políticas públicas, políticas sociais e mesmo a conduta clínica dos médicos repete preconceitos e contribui para que pessoas que menstruam se sintam inferiorizadas (Santos, 2021, p. 13).

A invisibilidade das discussões sociais, políticas e culturais sobre menstruação, direito menstrual e dignidade menstrual é um tema que precisa ser debatido, afinal o Brasil possui altos índices de violação de direitos menstruais e é papel da Educação Sexual promover ações que visam contribuir para o acesso à informação sobre essas questões.

9 CONCLUSÃO

Embora a temática da menstruação seja um tema antigo dentro da Educação sexual, é recente o percurso das reflexões sobre esse tema de forma ampliada, não se restringindo apenas ao campo médico-biologista. Ainda existe muito tabu em torno da menstruação e informações distorcidas que contribuem para a invisibilidade de corpos que menstruam.

O Brasil segue tendo altos índices de vulnerabilidade social que repercute e se reflete nas condições de vida de meninas e mulheres cisgênero e pessoas transmasculinas. A pobreza menstrual segue sendo um grande desafio, contudo agora, graças aos movimentos feitos por pessoas que menstruam, seja dentro da academia ou fora dela, esse desafio está posto às claras, com possibilidades de combate à pobreza menstrual e garantia de dignidade.

Analisar as dissertações de mestrado do PPGEdSex, permite que seja possível obter dados concretos da invisibilização e biologização da menstruação, mas é importante destacar que, ainda que a forma como a menstruação é abordada pelas pesquisas produzidas tenha um viés biológico, em sua maioria, são as pesquisadoras menstruantes que garantem que essa pauta esteja na academia.

Os dados mostram a necessidade de se avançar nas discussões sobre a menstruação para além da fisiologia/puberdade, e realizar estudos e pesquisas sobre seus efeitos psicológicos e sociais, havendo ainda muito que percorrer.

Abranger o olhar acadêmico para o tema da menstruação com foco na garantia da dignidade menstrual é fortalecer corpos menstruantes para entenderem o ato de menstruar como algo positivo.

Nesse contexto, Santos (2021), reflete que.

A forma como se fala da menstruação relacionando-a frequentemente à síndrome pré-menstrual (mais conhecida como tensão pré-menstrual, a TPM) assume como patológico os sentimentos e

insatisfações de menstruantes, colocando-os como uma doença que deve ser medicada e não insatisfações que devem ser compreendidas e solucionadas (Santos, 2021, p. 13).

A Educação Menstrual tem ganhado visibilidade na mesma época em que o PPGEdSex começou a produzir suas primeiras produções, é possível que seja este um dos motivos que façam com que as produções acadêmicas desse Programa não reflitam sobre menstruação numa lógica que inclua as questões sociais, culturais e políticas da menstruação, mas a presente pesquisa nasce como pioneira nessa discussão, no desejo de que outras produções com esse viés sejam escritas.

É necessário recordar que em 2017 a empresa Bodyform fez a primeira propaganda que mostra sangue real no absorvente, destacando um homem comprando absorvente e uma pessoa tomando banho com o sangue escorrendo, justamente para romper o tabu do sangue menstrual. O lançamento da propaganda é resultado de uma pesquisa que concluiu que uma em cada cinco mulheres teve a confiança abalada porque a menstruação não é um tema discutido abertamente.

A partir de iniciativas como essa, fica mais fácil falar sobre menstruação e conseqüentemente, pessoas de todas as idades se sentirão mais à vontade com seu ciclo menstrual e com o de outrem.

No ambiente escolar é fundamental que Educadoras e Educadores avancem nos estudos e reflexões sobre a temática como uma pauta prioritária, afinal ao dialogar sobre menstruação de forma ampliada, se contribui para romper com o desconhecimento sobre a saúde menstrual. Para Santos (2021), “o desconhecimento sobre o cuidado da saúde menstrual pode afetar mesmo as pessoas que não estão em situação de pobreza” (Santos, 2021, p. 5).

Ainda concordando com Santos (2021),

É esperado que ao adquirir noções sobre seu corpo e entendimentos básicos do ciclo menstrual, a educação menstrual possibilite ajuda a desmistificação de tabus estabelecidos, a diminuição do constrangimento e o estresse das jovens, além de empoderar as meninas, tornando-as capazes de ter mais poder sobre seus corpos e até mesmo acesso à diferentes produtos para garantia de sua saúde menstrual. Dentro desse contexto da educação integral em sexualidade, percebemos que as alunas que mais alegaram ter recebido orientações sobre

prevenção de gravidez foram as alunas de 14 anos, com quase 80%, com uma taxa quase 17% maior que meninas de 18 anos, por exemplo, o que pode indicar que esse está se tornando um hábito mais comum entre as escolas (Santos, 2021, p. 21).

Essa discussão sobre educação menstrual não deve se encerrar na análise crítica das dissertações produzidas, justamente por isso a pretensão é de que esta pesquisa se desdobre na construção de uma ferramenta educativa em sexualidade e educação menstrual numa pesquisa maior a se realizar na continuidade de minha vida acadêmica.

Analisar as dissertações mostrou o quanto as pesquisas em sexualidade produzidas neste PPGEdSex no período de 2015 a 2020 produziram contribuições extremamente relevantes para a sociedade, e justamente para manter a legitimidade das contribuições é que essa pesquisa surge.

Falar sobre menstruação é analisá-la não só como algo natural do corpo com útero, mas também compreendê-la como um ato que já foi considerado culturalmente sagrado, passou por um percurso de medicalização e hoje busca resgatar a sacralidade menstrual.

Não se trata de uma conclusão do assunto, mas uma sugestão de novos inícios, com outras abordagens.

10 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim, S. (2018). *Escola e transfobia: vivências de pessoas transexuais*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Arrigo, K. (2020). *O Discurso Da Violência Obstétrica Nas Práticas De Atendimento Ao Parto: Proposta de uma Educação Sexual em busca do parto humanizado*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Bahia, L. (2021). *Livre Para Menstruar*. São Paulo.
- Balieiro, F. (2018). “Não Se Meta Com Meus Filhos”: A Construção Do Pânico Moral Da Criança Sob Ameaça. *Caderno Pagu*. 53.
- Bardin, L. (2004). *Análise De Conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto E Augusto Pinheiro. (3. Ed.) Lisboa: Edições 70.
- Beauvoir, S. (2000) *O Segundo Sexo*. V.1. Rio De Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Bedin, R. C. (2016). *A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.
- Bertolini, D. (2015) *Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola do ensino fundamental*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Bianco, A. (2017). *Tema transversal orientação sexual, prática pedagógica do professor de educação física: Trajetórias e Desafios*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Blackledge, C. (2004). *The Story Of V: A Natural History Of Female Sexuality (New Brunswick, Nj: Rutgers University Press)*, P.30.
- Bobel, C., & Lorber, J. (2010). *Sangue Novo: Feminismo de Terceira Onda e a Política da Menstruação*. *New Brunswick: Rutgers University Press*.
- Bocchini, B.(2021), Lei Que Garante Distribuição De Absorventes A Alunas É Aprovada Em Sp. Disponível Em: <https://Agenciabrasil.Ebc.Com.Br/Educacao/Noticia/2021-07/Lei-Que-Garante-Distribuicao-De-Absorventes-Alunas-E-Aprovada-Em-Sp>
- Bodyformchannel. [S.I.] (2017). Disponível Em: <https://Www.Youtube.Com/Watch?V=Qdw6irsuxaq>> Acesso Em: 16/11/2019

- Branco, A. (2016). *Educação Sexual e comunicação: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas a partir de uma intervenção*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Brasil. (2004). Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa De Combate À Violência E À Discriminação Contra Gltb E Promoção Da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2005). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento De Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica De Saúde Da Mulher. Direitos Sexuais E Direitos Reprodutivos: Uma Prioridade Do Governo/Ministério Da Saúde, Secretaria De Atenção À Saúde, Departamento De Ações Programáticas Estratégicas - Brasília: Ministério Da Saúde. Disponível Em: <[Http://Bvsmms.Saude.Gov.Br/Bvs/Publicacoes/Cartilha_Direitos_Sexuais_Reprodutivos.Pdf](http://Bvsmms.Saude.Gov.Br/Bvs/Publicacoes/Cartilha_Direitos_Sexuais_Reprodutivos.Pdf)>
- Brasil. (2021). Plano Nacional De Saneamento Básico, Sns. Brasília - Df. Disponível Em: [Http://Www.Snis.Gov.Br/Downloads/Diagnosticos/Ae/2020/Diagnostico_Tematico_Visao_Geral_Ae_Snis_2021.Pdf](http://Www.Snis.Gov.Br/Downloads/Diagnosticos/Ae/2020/Diagnostico_Tematico_Visao_Geral_Ae_Snis_2021.Pdf)
- Brasil. Câmara Dos Deputados. PL 428/2020. Disponível Em: [Portal Da Câmara Dos Deputados](#). Acesso Em: 10/10/2021
- Bueno, R. (2017). *A história da criação do papo jovem: Um projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Câmara, S. Sessão: 208.4.53. Câmara Dos Deputados, Brasília, 30 De novembro De 2010. Disponível Em: <[Https://Www.Camara.Leg.Br/Internet/Sitaqweb/Textotml.Asp?Etapa=5&Nusessao=208.4.53.O&Nuquarto=29&Nuorador=2&Nuinsercao=0&Dthorarioquarto=14:56&Sqfasesessao=Pe&Data=30/11/2010&Txapelido=Jair%20bolsonaro](https://Www.Camara.Leg.Br/Internet/Sitaqweb/Textotml.Asp?Etapa=5&Nusessao=208.4.53.O&Nuquarto=29&Nuorador=2&Nuinsercao=0&Dthorarioquarto=14:56&Sqfasesessao=Pe&Data=30/11/2010&Txapelido=Jair%20bolsonaro)> Acessado Em: 15/11/2019
- Ecos, (2015b). Comunicação Em Sexualidade. Projeto Escola Sem Homofobia: Caderno Escola Sem Homofobia.
- Figueiró, M. (1998). Revendo A História Da Educação Sexual No Brasil: Ponto De Partida Para Construção De Um Novo Rumo. Nuances, 4:123-33.
- Francisca, L. (10.12.2021) Educação menstrual: o que é e por que precisamos dela? VivaBem Uol. Disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/elania-francisca/2021/12/10/educacao-menstrual-o-que-e-e-por-que-precisamos-dela.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996

- Gemaque, A. A Pandemia Agravou A Desigualdade De Renda E A Pobreza No Brasil. Disponível Em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/A-Pandemia-Agravou-A-Desigualdade-De-Renda-E-A-Pobreza-No-Brasil/>. Acessado Em 14/02/2022.
- Ig Delas. 2017. Marca Cria Propaganda Que Mostra Sangue Real Em Absorvente Íntimo E Quebra Tabus. Disponível Em: <https://delas.ig.com.br/comportamento/2017-10-22/propaganda-sangue-menstrual.html>> Acessado Em 08/11/2019.
- Inácio, C. (2018). *Concepções sobre sexualidade de professores e funcionários que atuam em uma escola municipal de educação básica*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Ingraham, C. (1996). The Heterosexual Imaginary: Feminist Sociology And Theories Of Gender. In: Seidman, Steven (Dir.). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, P.168-192.
- Inova Social. (2018). Sempre Livre Lança Pesquisa Global Sobre Menstrual. Disponível Em: <http://inovasocial.com.br/investimento-social-privado/sempre-livre-pesquisa-global-menstruacao/>> Acesso Em 22/11/2019.
- Inova Social. (2019). Absorvendo o Tabu: O documentário sobre menstruação que ganhou um Oscar! Disponível em: <https://inovasocial.com.br/inovasocial-indica/absorvendo-o-tabu-oscar/> Acesso em: 01/02/2022.
- Lazdan A. (2015). *O que os homens têm a dizer sobre as mulheres? Os novos posicionamentos de jovens do gênero masculino frente às transformações femininas nas relações afetivas: uma leitura sob a ótica da psicologia analítica*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Lima, E. (2018) *Negritudes, adolescências e afetividades: experiências afetivo-sexuais de adolescentes negras de uma periferia da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Lima. Elânia. (2021). No Brasil, Toda Ação De Educação Sexual É Marginal In *Feminismos Plurales, Conflictos Y Articulaciones / Adriana Valobra... [Et Al.] ; Coordinación General De Mabel Campagnoli ; María Marta Herrera ; Adriana Valobra. - 1a Ed. - Temperley: Tren En Movimiento.*
- Minayo, M. (2009). *Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Moraes, P, Barbieri, M, Gabrielloni, M. & Tanaka, L (2019). Percepção Das Mulheres Sobre O Impacto Da Menstruação No Cotidiano De Vida. *Revista Saúde*. Santa Maria, Vol. 45, N. 2, P. 1-13.

- Moreira, D. (2015). *Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero: o lúdico como estratégia educativa*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Movimento Nacional Ods Santa Catarina. Projeto De Lei Trata Da Pobreza Menstrual. 2020. Disponível Em: <https://sc.movimentoods.org.br/2020/07/03/projeto-de-lei-trata-da-pobrezamenstrual/>
- Neris, B. (2021). Políticas Fiscais E Desigualdade De Gênero: Análise Da Tributação Incidente Nos Absorventes Femininos. *Revista Fides*, V. 11, N. 2, P. 743-759, 21 Jan.
- Oliveira, I. (2017). *Agentes comunitários de saúde: o elo entre os estigmatizados e o acesso à saúde*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Pinheiro, V. (1997). História Recente Da Educação Sexual Na Escola E Da Sexualidade No Contexto Da Realidade Brasileira. *Dst Jornal Brasileiro De Doenças Sexualmente Transmissíveis*. V. 9, N.1, P. 4-8.
- Politize. (2019). O Que É Um Plano De Governo? [S.I] Disponível Em: <https://www.politize.com.br/plano-de-governo/> Acessado Em 21/11/2019.
- Queiroz, N. (2015) *Presos Que Menstruam*. Rio De Janeiro: Record.
- Rapatão, A. (2015). *Educação Sexual, Saúde e Sexualidade: (re)significando as relações entre pais e filhos*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Ratti, C.; Azzellini, E.; Barrense, H. & Grohmann, R. (2015). O Tabu Da Menstruação Reforçado Pelas Propagandas De Absorvente. Intercom – Sociedade Brasileira De Estudos Interdisciplinares Da Comunicação Xxxviii Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação – Rio De Janeiro - RJ – 4 A 7/9/2015.
- Reis, G. & Ribeiro, P. (2004). Institucionalização do Conhecimento Sexual No Brasil. In: Ribeiro, P. (Org.). *Sexualidade E Educação: Aproximações Necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, P. 27-71.
- Reis, T. & Eggert, E. (2017). Ideologia De Gênero: Uma Falácia Construída Sobre Os Planos De Educação Brasileiros. *Educ. Soc.* Vol.38, N.138, Pp.9-26.
- Ribeiro, C. Hardy, E. & Hebling, E. (2007). Preferências De Mulheres Brasileiras Quanto A Mudanças Na Menstruação. *Revista Brasileira De Ginecologia E Obstetrícia*. Rio de Janeiro, V. 29, N. 2, P. 74-79.
- Ribeiro, P. (2004). (Orgs). *Sexualidade E Educação: Aproximações Necessárias*. São Paulo. *Arte & Ciência*. P.17.

- Ribeiro, P. (2013). Revisitando A História Da Educação Sexual No Brasil. In: Ribeiro, P. (Org.). *Corpos, Gêneros E Sexualidades: Questões Possíveis Para O Currículo Escolar*. 3. Ed. Rui Grande: Furg, P. 11-16.
- Ribeiro, P. (2017). Entrevista Educação Para Sexualidade. *Revista Diversidade E Educação*, V.5, N.2, P.07-15.
- Ribeiro, P. (2019). *Desafios Contemporâneos em Educação Sexual: A Perda do Ambiente Mental, Social E Escolar*. In: Ricardo Desidério, Mary Neide Figueiró, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Sonia Maria Martins De Melo, Virgínia Iara De Maistro, Vinícius Bastos. (Org.). *Interseccionalidade E Transgressões Em Educação Sexual*. 1 ed. Londrina: Syntagma Editores, P. 34-35.
- Ribeiro, P.M. (2019). *Um Nariz Subversivo: A Domesticação Dos Cheiros E Das Paixões*. Tese De Doutorado Em Histórias Da Ciências E Das Técnicas E Epistemologia. Universidade Federal Do Rio De Janeiro.
- Rosemberg, F. (1985). Educação Sexual na Escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, N. 53, P.11-9.
- Salinas, D. (2015). *A transmissão da vida psíquica entre gerações: os aspectos determinantes do fazer-se herdeiro da violência sexual*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Santos, C. (2021). Pobreza Menstrual No Brasil Desigualdades E Violações De Direitos.
- Sardenberg, C. (1994). "De Sangrias, Tabus E Poderes: A Menstruação Numa Perspectiva Sócio-Antropológica". *Revista Estudos Feministas*, Rio De Janeiro, Ciec/Eco/Ufrj, V. 2, N. 2, P. 314-344.
- Schiavon, D. (2018). *"Não deficientize minha sexualidade": repensando a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual por meio de oficinas pedagógicas*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Serpa M. & Maraccini, G. (2020). *Projetos que doam absorventes a mulheres vulneráveis crescem no Brasil*. Disponível em <https://claudia.abril.com.br/saude/projetos-que-doam-absorventes-a-mulheres-vulneraveis-crescem-no-brasil/>
- Silva, C, Brancaleoni, A, & Oliveira, R. (2019). Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 14(esp.2), 1538–1555.
- Silva, E. (2016). *A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo*.
- Silva, E. (2017). *Sexualidade e conhecimento popular a partir do uso de garrafadas: possibilidades para intervenções em Educação Sexual*.

- Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Silva, O. (2002). *Origens Da Educação (Sexual) Brasileira E Sua Trajetória*. In: Encontro De Pesquisa Em Educação Da Ufpi, 2. Teresina. Anais. Teresina: Edufpi.
- Silva, P. (2020). *Gravidez na Adolescência: perfil das adolescentes do Ensino Técnico Integrado ao Médio da Escola Técnica Sylvio de Mattos Carvalho – Matão- SP*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Soares, M. (2020). *“Profissionais do sexo na interface com a Educação Sexual nos horizontes da fenomenologia”*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Svizzero, N. (2018). *Sexualidade e identidade feminina em "Iracema" de José de Alencar: da literatura romântica de vestibular à visão crítica dos vestibulandos*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Swain, T. (2001). "Para Além do Binário: Os Queers E O Heterogênero". *Gênero, Núcleo Transdisciplinar De Estudos De Gênero (Nuteq)*, V. 2, N. 1, P. 87-98, 2. Sem.
- Vieira, E. M. (2002). *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Zerbinatti, J. (2017). *Desvelando a vivência transexual: gênero, criação e constituição de si mesmo*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Zocca, A. (2015). *A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores*. Dissertação de Mestrado Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.